



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Instituto de Economia

Tatiana Ferreira Henriques

**A problemática da reprimarização da pauta exportadora dentro dos marcos teóricos
do (sub)desenvolvimento**

Campinas

2011

Tatiana Ferreira Henriques

**A problemática da reprimarização da pauta exportadora dentro dos marcos teóricos
do (sub)desenvolvimento**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Graduação do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, sob orientação do Prof. Dr. Fernando César de Macedo Mota.

Campinas

2011

Campinas

2011

HENRIQUES, Tatiana Ferreira. **A problemática da reprimarização da pauta exportadora dentro dos marcos teóricos do (sub)desenvolvimento.** 2011. 47 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

A Mariângela e Quintino,
meu eterno refúgio.

AGRADECIMENTOS

Ao prof. Fernando Macedo, pela dedicação na orientação, atenção e tranquilidade essenciais à consecução desse trabalho.

Aos professores do Instituto de Economia da UNICAMP, que me ensinaram a importância do entendimento, da inquietude e do questionamento.

Aos bibliotecários do IE, pelos laços de amizade que tornam agradável a dureza do dia-a-dia.

Aos meus amigos de Sorocaba, por toda a força nos momentos difíceis, pela compreensão nas repetidas ausências e pelo carinho imensurável. Aos meus amigos de Campinas, que preencherem tão bem a distância da família, por todas as nossas noites mal dormidas, pelos debates acalorados e pelo desejo compartilhado de mudança.

E à minha família, a melhor parte de mim. À minha mãe, por uma cumplicidade incondicional e por me ensinar o prazer de mergulhar horas a fio em leituras intermináveis; ao meu pai, pelo cuidado desmedido e pela paciência nas nossas recorrentes digressões sobre o mundo; e aos meus irmãos, pela confiança, carinho e o bom-humor que eu tanto preciso.

“Para quienes conciben la historia como una competencia, el atraso y la miseria de América Latina no son otra cosa que el resultado de su fracaso. Perdimos; otros ganaron. Pero ocurre que quienes ganaron, ganaron gracias a que nosotros perdimos: la historia del subdesarrollo de América Latina integra, como se ha dicho, la historia del desarrollo del capitalismo mundial. Nuestra derrota estuvo siempre implícita en la victoria ajena; nuestra riqueza ha generado siempre nuestra pobreza para alimentar la prosperidad de otros (...) razones para creer en la mortalidad de las fortunas que la naturaleza otorga y el imperialismo usurpa. La lluvia que irriga a los centros del poder imperialista ahoga los vastos suburbios del sistema. Del mismo modo, y simétricamente, el bienestar de nuestras clases dominantes – dominantes hacia dentro, dominadas desde fuera – es la maldición de nuestras multitudes condenadas a una vida de bestias de carga (...).

La historia es un profeta con la mirada vuelta hacia atrás: por lo que fue, y contra lo que fue, anuncia lo que será”.

Eduardo Galeano. *Las venas abiertas de América Latina.*

RESUMO

O objetivo deste trabalho é deslocar o debate em torno das “janelas de oportunidades” que se abrem ao Brasil nesses anos de consideráveis taxas de crescimento e de inversão dos termos de troca a médio prazo, para a problemática da reversão do país à condição de economia primário-exportadora. A retomada do dinamismo interno dos anos 2000 frente ao medíocre desempenho econômico da década de 1990, somada às possibilidades que surgem com as descobertas do pré-sal e com a ascensão chinesa têm respaldado a visão consensual de que o Brasil estaria cada vez mais distante do seu passado de subdesenvolvimento – e que hoje já pode ser considerado uma potência em “desenvolvimento intermediário” ou mesmo o dito país “emergente”.

Palavras-chaves: reprimarização; subdesenvolvimento; *commodities* primárias; especialização; comércio externo.

ABSTRACT

The main objective of this paper is to promote the discussion about "windows of opportunities" that has been opening to Brazil during this period of impressive growth rates in the past years and also the reversion in "terms of exchange" for medium-term. All this considering the problematic issue on the changes to the condition of a primary-export oriented economy. The return of internal dynamism during the 2000 years face to the mediocre economic growth in previous years, notably the 90's, added to new possibilities coming from the "Pré-Sal" discoveries along with Chinese rise, is backed in the consensual view that Brazil would be increasingly getting distance to your undeveloped past – and it could be considered as a an potency of intermediary development or even a designed "emergent" country.

Keywords: reprimarization; underdevelopment; primary commodities; specialization; external trade.

Lista de Figuras

Gráfico 1 – Exportação brasileira por fator agregado – 1964 a 2010.....	30
Gráfico 2 – Importação brasileira por intensidade tecnológica (1997 – 2010).....	34
Gráfico 3 – Exportação brasileira por intensidade tecnológica (1997 – 2010).....	35
Gráfico 4 – Pauta de exportações do Brasil – 2010.....	36
Gráfico 5 – Origem das importações brasileiras – 2010.....	39
Gráfico 6 – Destino das exportações brasileiras – 2010.....	40

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Evolução do comércio externo brasileiro – 1990 a 2009.....	29
Tabela 2 – Saldo comercial por intensidade tecnológica – 1997 a 2010.....	31
Tabela 3 – Exportação e importação por categoria de uso – 2010.....	37
Tabela 4 – Principais países de origem das importações brasileiras – 2006 a 2010.....	38
Tabela 5 – Principais países de destino das exportações brasileiras – 2006 a 2010.....	38

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
1. OS MARCOS TEÓRICOS DO SUBDESENVOLVIMENTO.....	03
1.1. A abordagem estruturalista da CEPAL.....	04
1.2. Contribuições de Celso Furtado à problemática do subdesenvolvimento.....	07
1.3. A dialética da dependência latino-americana.....	11
2. O DEBATE RECENTE ACERCA DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO.....	15
2.1. Nova divisão internacional do trabalho e inserção externa.....	15
2.2. Estrutura produtiva e dinamismo doméstico.....	18
2.3. Os rumos do (sub)desenvolvimento.....	23
3. O COMÉRCIO EXTERNO E A REPRIMARIZAÇÃO DA PAUTA EXPORTADORA BRASILEIRA.....	28
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS.....	45

INTRODUÇÃO

Se a década de 1990 significou baixas taxas de crescimento em meio à globalização e hegemonia do pensamento neoliberal, os anos 2000 representaram a retomada do dinamismo interno, através do qual se vislumbrou, outra vez, os rumos do país no caminho do desenvolvimento. Assim, a visão consensual em torno das benesses postas ao Brasil passou a sustentar-se de um lado, no consumo doméstico, fruto da combinação de crédito e aumento do salário real médio; e de outro, na conjuntura externa favorável, pelo gigantismo do mercado chinês e pela lenta recuperação dos países centrais pós-crise – que, aparentemente, na contramão dos ensinamentos da literatura crítica, não mais castigaria aqueles que são inseridos na divisão internacional do trabalho como exportadores de *commodities* primárias.

Nesse sentido, esse trabalho tem como objetivo elucidar a problemática de uma reversão à condição primário-exportadora para o desenvolvimento do país, quando se leva em consideração dois aspectos: que o crescimento *per se* não visa a maior homogeneidade social e que a opção pela especialização produtiva em *commodities* significa reforço da dependência externa financeira e tecnológica e da vulnerabilidade frente a mudanças na conjuntura internacional.

Sendo assim, o primeiro capítulo compreende um recorte sintético das principais contribuições do pensamento dependentista marxista e estruturalista latino-americano à teoria do desenvolvimento, pelo esforço de apreensão das realidades particulares dos países subdesenvolvidos na periferia do sistema capitalista.

No segundo capítulo, o debate em torno do desenvolvimento brasileiro é deslocado para o período recente, no qual há um clima contagiante de otimismo em relação às “janelas de oportunidades” que se abre ao Brasil, pela retomada do dinamismo interno, pela alta rentabilidade relativa do setor de *commodities* primárias e, ainda, pelo porvir das descobertas do pré-sal, deixando para outro plano – indefinido e pouco discutido – o enfrentamento das mazelas sociais típicas dos países subdesenvolvidos.

E por fim, as evidências empíricas da reprimarização da pauta exportadora brasileira, da crescente participação das *commodities* primárias no total exportado e da conseqüente

importância destes na geração de saldos comerciais positivos para o país, inclusive para fazer frente à demanda interna por bens intensivos em tecnologia. Da mesma forma, sinaliza-se a assimetria da relação Brasil-China – com o mercado chinês demandante de alimentos e *commodities* energéticas, minerais e metálicas e fornecedor de produtos industriais tecnológicos – que, em consonância com a conjuntura internacional atual, reforça o quadro brasileiro de especialização *hacia fuera* e desindustrialização *hacia dentro*.

1. OS MARCOS TEÓRICOS DO (SUB)DESENVOLVIMENTO

O período do pós-guerra, de reorganização da ordem econômica internacional, ficou marcado pela efervescência de ideias dentro dos marcos teóricos do desenvolvimento, merecendo atenção especial àquelas originadas nos próprios países que sofriam com as “mazelas do subdesenvolvimento”. Em contraposição ao pensamento economicista e consensual das etapas do desenvolvimento, ou das distintas fases de evolução dos países capitalistas até atingir a tão ansiada “sociedade de consumo de massas” de Rostow (1971), ganham força a abordagem estruturalista da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e as concepções dependentistas de influência marxista.

Rejeitava-se, assim, a análise difundida de que os países latino-americanos encontravam-se num quadro de atraso em relação às potências “maduras” do capitalismo, e que o crescimento econômico *per se*, via incentivos inversionistas, redundaria em progresso técnico e desenvolvimento social. “El desarrollo económico no constituye un fin en sí mismo. Su consecución es un prerrequisito del progreso social, pero no lo garantiza. El desarrollo económico genera desigualdad y concentra la riqueza, tanto social como regionalmente” (GUILLÉN R., 2007, p.493).

Além das próprias evidências históricas que corroboraram a tese de que os frutos dos aumentos de produtividade não seriam repartidos a todos de forma igual, revelou-se a importância de apreensão das realidades específicas de países com enormes similitudes e discrepâncias, que foram incorporados, a seu tempo e espaço, ao processo de expansão capitalista da civilização industrial. E que, portanto, prescindiam de estudos próprios para além do âmbito econômico, incorporando o “processo histórico no qual o ‘econômico’ e o ‘não-econômico’ se condicionaram mutuamente em todos os instantes” (FURTADO, 1987, p.85) ao esforço de compreensão da periferia latino-americana.

A formação do sistema econômico mundial apoiou-se, assim, tanto na transformação das estruturas sociais como no processo de modernização do estilo de vida. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, como expressão de estruturas sociais, viriam a ser as resultantes da prevalência de um ou outro desses dois processos. Cabe, portanto, considerá-los como situações históricas distintas, mas derivadas de um mesmo impulso inicial e tendendo a reforçar-se mutuamente. Quanto mais ampla fosse a divisão internacional do trabalho, mais

profundas seriam as transformações sociais no centro do sistema e mais intensa a modernização das formas de vida em sua periferia. Portanto, para compreender as causas da persistência histórica do subdesenvolvimento, faz-se necessário observá-lo como parte que é de um todo em movimento, como expressão da dinâmica do sistema econômico mundial engendrado pelo capitalismo industrial (FURTADO, 1980, p.23).

1.1. A abordagem estruturalista da CEPAL

A análise cepalina, ao examinar os problemas concretos dos países latino-americanos, revelou dois fatos indubitáveis: a tese da tendência à deterioração dos termos de troca, que contestava com veemência as virtudes do comércio internacional defendidas pelo postulado liberal das vantagens comparativas (BIELSCHOWSKY, 2000); e a divisão estrutural do sistema econômico mundial entre centro e periferia. Dessa maneira, pôs em evidência o caráter desigual das relações econômicas internacionais.

Segundo o próprio Prebisch,

Com efeito, caracterizo o capitalismo periférico como um processo dinâmico de propagação e irradiação de técnicas, ideias, ideologias e instituições dos centros numa estrutura social – a da periferia – que é fundamentalmente diferente. Isto acarreta contradições muito importantes, tanto no desenvolvimento interno da periferia como nas relações com os centros, desenvolvidas sob hegemonia destes últimos¹.

A inserção dessas economias na divisão internacional do trabalho, como produtoras de matérias-primas e consumidoras de manufaturas, conformou um quadro de suscetibilidade interna frente às vicissitudes externas. Isto é, a canalização do excedente à ampliação do setor exportador especializado e pouco dinâmico, perante uma demanda doméstica que se diversificava e se abastecia de importações, aprofundava a vulnerabilidade interna. Diante das oscilações dos preços internacionais, que atingiam principalmente os produtos primários, esses países vivenciavam profundas crises, caracterizadas pelos déficits no balanço de pagamentos e escassez de divisas:

El desequilibrio externo que conducía a crisis recurrentes, con agudos efectos recesionistas e inflacionarios, obedecía al deterioro de los términos de intercambio entre los productos primarios y los productos manufacturados, lo que significaba transferencias masivas de excedente de la periferia al centro (GUILLÉN R., 2007, p. 497).

¹ Raúl Prebisch, 7 de dezembro de 1979. Prefácio à obra de Octavio Rodríguez, 1981, p.10.

À diferença dos sistemas produtivos dos centros, marcados pela homogeneidade, diversificação e forte dinamismo, a periferia caracterizava-se pela tendência à heterogeneização da estrutura produtiva, na qual conviviam setores de consideráveis rendas médias e alta produtividade do trabalho e outros marcados pelo forte atraso tecnológico. Além da falta de complementaridade intersetorial e de integração vertical, a coexistência desses setores díspares reforçava a desigualdade estrutural da periferia. Portanto, o próprio desenvolvimento do capitalismo mundial estenderia a brecha entre os dois pólos do sistema (RODRÍGUEZ, 1981).

O processo de industrialização por substituição de importações, encabeçado pelos Estados latino-americanos, logo esbarrou nos gargalos estruturais próprios da periferia. Em primeiro lugar, estava a insuficiência de divisas externas para fazer frente à demanda por bens de capital e intermediários, uma vez que,

Enquanto não fosse concluído, o processo de industrialização enfrentaria permanentemente uma tendência ao desequilíbrio estrutural do balanço de pagamentos, já que o processo substitutivo “aliviava” as importações por um lado, mas impunha novas exigências, derivadas tanto da nova estrutura produtiva que criava como do crescimento da renda que gerava. Por essa razão, apenas alterava-se a composição das importações, renovando-se continuamente o problema da insuficiência de divisas (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 29).

Outro problema existente era a inadequação da tecnologia incorporada do centro em relação ao desenvolvimento das forças produtivas locais. Em face à composição de capital-trabalho, a opção por uma tecnologia “poupadora de mão-de-obra”, juntamente com a heterogeneidade explicitada, aprofundava a questão do desemprego estrutural (RODRÍGUEZ, 1981). Ou seja, o progresso do setor “avançado” seria incapaz de absorver a oferta de trabalho proveniente do próprio crescimento vegetativo da população e da parcela expulsa dos setores que se modernizavam, resultando na relativa abundância de mão-de-obra típica das economias subdesenvolvidas.

Por fim, havia ainda os limites dados pela estreiteza do mercado doméstico diante das exigências mínimas de escala para instalação das tecnologias incorporadas do centro. Isto é, fazia-se necessário modificar a distribuição de renda, no sentido de torná-la menos desigual, para que fossem contornados os entraves econômicos à difusão das técnicas superiores, abrindo novos horizontes à expansão do consumo e à acumulação interna (FURTADO, 1980).

Portanto, esse esforço industrializante resultou num processo que não solucionava, mas reproduzia em outros níveis, as diferenças estruturais entre o centro e a periferia. Já nos anos

1960 interpretava-se que a industrialização em curso não conseguiria incorporar os frutos do progresso técnico à maioria da população, não eliminaria a vulnerabilidade e a dependência externas, e ainda limitaria o desenvolvimento em um sentido amplo (BIELSCHOWSKY, 2000).

Ademais, a própria expansão das empresas transnacionais acentuou a dependência tecnológica e financeira dos países subdesenvolvidos, ao fragmentar a cadeia de valor das grandes corporações de maneira desigual entre os diferentes países e regiões, no sentido de uma integração dos mercados a nível mundial, em detrimento dos sistemas econômicos nacionais (FURTADO, 1980).

As altas taxas de crescimento de alguns países latino-americanos, como o Brasil do II PND e o México do petróleo na década de 1970, levaram a percepção de que não havia um único "estilo" de crescimento possível. Embora aquele que resultasse de redistribuição de renda, reforma agrária e criação de empregos dignos soasse mais justo socialmente, o contrário, via concentração de renda, não deixava de ser uma opção viável. Ainda segundo Bielschowsky (2000), a crise internacional do petróleo e a intensificação do endividamento da periferia para manter o ritmo de crescimento, reforçaram a análise da necessidade de reinserção externa desses países, através da exportação de certos bens manufaturados. Apontava-se, inclusive, a possibilidade de se modificar o esquema tradicional da divisão internacional do trabalho.

Contudo, os anos 1980 vão marcar a enorme crise de endividamento externo que se abateu pela América Latina, solapando quaisquer expectativas de transformações estruturais ou de reflexões longo-prazistas. Além disso, no plano internacional, multiplicaram-se as soluções ortodoxas liberais, desembocando no austero receituário conhecido como “Consenso de Washington²”. As políticas de renegociação da dívida e de combate à inflação, alinhadas a medidas de estabilização macroeconômica, ajustes recessivos e superávits fiscais, resultavam em um ambiente propício para a onda neoliberal que se alastrou por todo o continente.

Das diretrizes do enfoque hegemônico, sinalizou-se a vocação histórica latino-americana de especialização produtiva como a melhor forma de inserção no comércio internacional:

Los países de la periferia de mayor desarrollo relativo – los después llamados mercados emergentes –, atezados por la deuda externa, fueron invitados a la

² A respeito das reformas propostas para a América Latina ver Williamson (1992).

fiesta de la globalización neoliberal, pero como invitados de piedra. Mediante una estrategia simplista que implicaba especializarse en actividades intensivas en mano de obra que elevarían su competitividad internacional, se aplicaron políticas “fundamentalistas de mercado” (GUILLÉN R., 2007, p. 515)

No plano teórico, o paradigma da "transformação produtiva com equidade" refletiu a guinada no pensamento cepalino³. Optou-se pela adaptação à ordem internacional, ou seja, pela inclusão de uma estratégia de competitividade externa, via abertura comercial, para evitar, assim, o atraso da região em plena era de intensa revolução tecnológica. Nos novos marcos da globalização, a CEPAL apoiou o processo de reformas – abertura comercial e financeira, privatização e flexibilização – conforme fossem implementadas com critérios preestabelecidos, ou seja, buscando maximizar as oportunidades abertas e minimizar seus efeitos perversos a médio e longo prazo (BIELSCHOWSKY, 2000). Portanto,

Ao defender o ajustamento passivo das economias periféricas aos imperativos do processo de “globalização”, a nova perspectiva rejeitou a agenda e os termos das soluções que caracterizavam a proposta original do estruturalismo da CEPAL. O neo-estruturalismo renunciou, assim, aos dois principais objetivos que inspiravam Prebisch – construir sistemas econômicos nacionais e consolidar centros internos de decisão – tornando-se uma alternativa heterodoxa, mais amena e humana, à lógica fria da ortodoxia (SAMPAIO JR., 1999, p.43).

1.2. Contribuições de Celso Furtado à problemática do subdesenvolvimento

Furtado analisa o subdesenvolvimento como produto de um duplo condicionamento: de um lado, a dependência externa, dada inserção específica no sistema de divisão internacional, e de outro, a vontade política, marcada pela renitente opção dos dirigentes em priorizar a modernização dos padrões de consumo em detrimento dos desígnios da coletividade.

Que o sistema capitalista se haja estruturado na polaridade centro-periferia, desenvolvimento-subdesenvolvimento, dominação-dependência é essencialmente um fato histórico (...). Mas esse fato histórico iria condicionar a evolução subsequente das estruturas do sistema. Graças a ele a acumulação no centro seria ainda mais rápida, aprofundando-se o hiato que o distingue da periferia (FURTADO, 1980, p.82).

A expansão da civilização material estabeleceu uma linha divisória no comércio internacional, ao atribuir tarefas especializadas às regiões com as quais entravam em contato. O desenvolvimento do núcleo industrial promoveu transformações que eram difundidas por toda parte, de diferentes formas. Aqueles que, mediante a especialização geográfica propiciadas pelas

³ Uma crítica contundente em relação à “nova CEPAL” encontra-se no texto de Gracioli e Duarte (2009).

vantagens dos seus recursos naturais minerais ou tropicais, tinham suas estruturas sociais e econômicas moldadas no exterior, viriam a compor a periferia do sistema (FURTADO, 1980).

Desse modo, o impulso indutor da periferia não provinha do desenvolvimento das suas forças produtivas internas, mas do próprio movimento de inovação e difusão do progresso técnico que se vivia no centro e que dinamizava todo o conjunto. É a partir dessa constatação que Furtado (1980) atenta ao processo duplo e dessimétrico de transformação da periferia, no qual a simplificação da estrutura produtiva, em função de suas vantagens comparativas naturais, tornava-se incompatível com o ritmo de diversificação da demanda interna, alargando a dependência externa por mercadorias.

Parte do excedente gerado pelo setor exportador, que era retido internamente, acabava sendo utilizado para financiar essa rápida diversificação do consumo das classes dirigentes, importando manufaturas que operavam como meio de difusão de valores culturais do centro. Furtado (1974) ressalta que, a adoção de padrões de consumo do centro, não condizentes com o nível de acumulação interna das forças produtivas, aprofundou o fenômeno da dependência cultural, possibilitando, inclusive, a reprodução das estruturas sociais que o produziram, vale dizer, o sistema de dominação de poder e a estratificação social.

Nos países periféricos, o processo de colonização cultural radica originalmente na ação convergente das classes dirigentes locais, interessadas em manter uma elevada taxa de exploração, e dos grupos que, a partir do centro do sistema, controlam a economia internacional e cujo principal interesse é criar e ampliar mercados para o fluxo de novos produtos engendrados pela revolução industrial. Uma vez estabelecida esta conexão, estava aberto o caminho para a introdução de todas as formas de “intercâmbio desigual”, que historicamente caracterizam as relações entre o centro e a periferia do sistema capitalista (FURTADO, 1974, p.85).

O descompasso entre a baixa oferta interna de produtos, a escassez de divisas pela rigidez própria da pauta exportadora e a rápida modernização da demanda, resultava em graves tensões no balanço de pagamentos. Diante do quadro de crise e depressão internacional, como ocorreu nos anos 1930, reuniu-se as condições necessárias para se colocar em marcha o processo de “industrialização por substituições de importações” – que, no caso brasileiro, foi acompanhado de uma mudança no eixo dinâmico de acumulação, agora voltado ao mercado interno. Cabe ressaltar que não ocorreu um processo espontâneo de transformações no sistema produtivo, no qual a expansão das atividades industriais é acompanhada de mudanças na composição da demanda final, de novos encadeamentos e complementaridades setoriais e de aumentos reais nos

salários médios da população. Ao contrário, a especificidade da industrialização periférica estava no fato de que se observava um esforço adaptativo de modificações estruturais nas atividades produtivas visando atender às necessidades de uma demanda preexistente (FURTADO, 1980).

Ao guiar-se pela modernização dos padrões de consumo, a demanda por bens finais significava um empenho de diversificação muito além da base de acumulação alcançada, tornando mais premente a necessidade de importação de bens de produção e tecnologia cada vez mais complexos. Desse modo,

A pressão dos custos de formas de consumo cada vez mais sofisticadas e as exigências de capital de uma tecnologia poupadora de mão-de-obra reforçam os fatores que operam no sentido de concentrar a renda. Daí que a industrialização nas condições de subdesenvolvimento, mesmo ali onde ela permitiu um forte e prolongado aumento de produtividade, tenha contribuído nada ou quase nada para reduzir a heterogeneidade social (FURTADO, 1992, p.45).

Conforme os Estados Unidos reorganizaram o sistema capitalista sob sua tutela, no terceiro quarto do século XX, os espaços econômicos nacionais do centro foram reestruturados no sentido de formação de grandes corporações a nível global. Os problemas de estreiteza de mercado e subutilização da capacidade produtiva na periferia puderam ser contornados pelas empresas transnacionais, que tinham fácil acesso ao mercado financeiro internacional e utilizavam tecnologia e equipamentos já amortizados. Nesse processo de avanço da industrialização periférica, coube ao Estado um papel ativo na criação de indústrias de base e infra-estrutura ou em subsidiar qualquer atividade na qual as exigências de escala eram altas e a rotatividade do capital lenta (FURTADO, 1980).

Segundo Furtado (1980), em um primeiro momento essas empresas transnacionais atuaram no sentido de intensificar o processo de industrialização substitutiva, dada as vantagens que possuíam frente ao capital privado nacional. Conforme essas corporações cresceram e se reorganizaram, reintroduziram alguns países periféricos ao circuito mercantil internacional como exportadores de certos produtos manufaturados, através das indústrias de montagem e maquilas – atividades de baixa agregação de valor dentro da cadeia produtiva.

Desse modo, o dinamismo das economias altamente industrializadas passou a ser influenciado pelas novas relações comerciais que se estabeleciam entre as suas empresas transfronteiriças, mas que reforçavam a dependência da periferia em relação à tecnologia, aos recursos renováveis e não renováveis, ao sistema financeiro e ao estilo de vida provenientes do

exterior. O grande trunfo das transnacionais estava em tirar proveito das heterogeneidades regionais existentes na periferia, aproveitando-se dos recursos naturais em potencial e da enorme massa de mão-de-obra disponível. Intensificam-se, assim, os traços perversos do subdesenvolvimento na periferia, como a concentração de renda, exclusão social e marginalidade, em prol da enorme acumulação a nível mundial, angariada pelas potências centrais.

Nesse sentido, as benesses da globalização recaem apenas naquelas economias que comandam a vanguarda tecnológica – cujas técnicas refletem as forças culturais hegemônicas e certo estilo de vida – e que exploram as disparidades presentes nos demais países, ou seja, naquelas que estão no centro do sistema (FURTADO, 2002).

Portanto, o quadro de dependência externa e modernização dos padrões de consumo não se altera, mas é reforçado conforme a ordem econômica internacional reorganiza-se sem romper com a estrutura centro-periferia e com todas as conseqüências dela procedentes:

A análise de Furtado destaca a mudança qualitativa no caráter da dependência econômica e cultural que passava a condicionar a vida das sociedades latino-americanas. Num contexto em que as economias periféricas ficam sujeitas a processos de liberalização radicais, a integração do sistema produtivo internacional exacerba a dependência comercial e tecnológica. Expostas às tendências que levam à especialização das forças produtivas, as economias da região, sem a menor capacidade de competir com as tecnologias de última geração das economias centrais, são empurradas a assumir um papel subalterno na divisão internacional do trabalho. O ajuste ao novo marco histórico inviabiliza a continuidade do processo de industrialização por substituição de importações e incentiva a expansão de atividades exportadoras em que o país detém vantagens comparativas no comércio internacional, revitalizando as atividades características de economias de tipo colonial (SAMPAIO JR., 2002, p.20).

Para Furtado, “a primeira condição para liberar-se do subdesenvolvimento é escapar da obsessão de reproduzir o perfil daqueles que se auto-intitulam desenvolvidos. É assumir a própria identidade” (FURTADO, 1992, p. 79). A mítica gerada em torno do crescimento econômico como o meio de atingir o padrão de vida dos países que se situam no centro do sistema revelou-se uma falácia. Primeiro, porque, sob a espontaneidade da lógica das forças de mercado, o crescimento não visa à homogeneidade social, isto é, não busca atender às necessidades fundamentais da coletividade. Ao contrário, resulta em concentração de renda e segregação social.

Em segundo lugar, pelo caráter ideológico intrínseco ao progresso técnico incorporado do centro e não condizente com o nível de acumulação interna, que possibilita a coexistência de “consumo supérfluo e carências essenciais” numa mesma realidade social. É a denúncia do falso neutralismo da técnica (FURTADO, 2002).

Por fim, porque a análise histórica de evolução do modo de produção capitalista evidencia a impossibilidade de generalização do estilo de vida criado pelo capitalismo industrial a todo o conjunto da humanidade – e, dentro de um espaço nacional, a todos os membros dele participantes. “O custo, em termos de deprecação do mundo físico, desse estilo de vida, é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização” (FURTADO, 1974, p. 75).

Portanto, segundo essa lógica de acumulação capitalista, “somente uma parcela minoritária da humanidade pode alcançar a homogeneidade social ao nível da abundância. A grande maioria dos povos terá que escolher entre a homogeneidade a níveis modestos de consumo e um dualismo social de grau maior ou menor” (FURTADO, 1992, p.49).

1.3. A dialética da dependência latino-americana

A partir de uma análise histórica totalitária da evolução do modo de produção capitalista, os teóricos marxistas da dependência apontaram uma série de relações desiguais entre as partes que compõem o sistema, no qual o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são faces distintas de um mesmo processo de reprodução ampliada do capital. “La historia del subdesarrollo latinoamericano es la historia del desarrollo del sistema capitalista mundial” (MARINI, 1969, p.3).

Ao investigarem a origem da dependência latino-americana, esses teóricos constataram que a forma como se consolidou a divisão internacional do trabalho, à época de expansão da fase comercial do capitalismo no centro, definiu a especificidade do desenvolvimento posterior da região, no qual as contradições e os determinantes internos, inclusive de suas forças produtivas, seriam condicionados por fatores externos, fora de seu domínio.

Es a partir de entonces que se configura la dependencia, entendida como una relación de subordinación entre naciones formalmente independientes, en cuyo

marco las relaciones de producción de las naciones subordinadas son modificadas o recreadas para asegurar la reproducción ampliada de la dependencia. El fruto de la dependencia no puede ser por ende sino más dependencia, y su liquidación supone necesariamente la supresión de las relaciones de producción que ella involucra (MARINI, 1977, p.18).

Em consonância com as necessidades das metrópoles, a dinâmica econômica da América Latina transformou-se em reflexo da lógica de expansão e acumulação de capital nas nações centrais. Como fornecedora de bens primários e metais preciosos e consumidora de manufaturas, a região acelerou o desenvolvimento da grande indústria européia (MARINI, 1977).

Cabe ressaltar que, ao proverem a oferta de alimentos necessária para a nascente classe trabalhadora e urbana dos países que se industrializavam, além de induzirem a uma queda dos preços dos bens primários no mercado mundial, contribuíram para a redução do valor real dessa força de trabalho, desempenhando um papel significativo no aumento da mais-valia relativa – base do modo de (re)produção capitalista – nos países centrais (MARINI, 1977).

Da mesma forma, segundo Marini (1969), uma parte da mais-valia criada internamente era drenada para as economias centrais, através tanto da estrutura de preços vigente no mercado mundial e das relações financeiras impostas à periferia, quanto da ação direta de investimentos estrangeiros. Visando compensar essa transferência de valor não realizada internamente, os capitalistas locais intensificavam o grau de exploração do trabalho, aumentando, em absoluto, a mais-valia criada na periferia. A “superexploração” do trabalho, na qual a força de trabalho é remunerada abaixo do seu valor real – pelo uso intensivo e extensivo da mão-de-obra, que ampliam a mais-valia absoluta – era o resultado da expropriação de parte do fundo necessário de consumo do trabalhador, transformado em fundo de acumulação capitalista (MARINI, 1977).

Portanto, possibilitado pela enorme concentração da propriedade e renda e pela abundante oferta de mão-de-obra disponível, o aumento da produtividade do trabalho e a produção de trabalho excedente assumiram formas específicas nos países dependentes, sendo que, “en el marco de la dialéctica del desarrollo capitalista mundial, el capitalismo latinoamericano reprodujo las leyes generales que rigen el sistema en su conjunto, mas, en su especificidad propia, las acentuó hasta su límite” (MARINI, 1969, p.20).

Em meados do século XX, assistiu-se ao aprofundamento do processo de industrialização latino-americana, visto que a região tornara-se atrativa ao capital externo: tanto pela possibilidade de seguir amortizando máquinas consideradas obsoletas nos países centrais

quanto pelas facilidades criadas pelos Estados periféricos, como infra-estrutura, isenções fiscais e proteção tarifária (MARINI, 1997).

La industrialización latinoamericana corresponde así a una nueva división internacional del trabajo, en cuyo marco se transfieren a los países dependientes etapas inferiores de la producción industrial (...), reservándose a los centros imperialistas las etapas más avanzadas (...) y el monopolio de la tecnología correspondiente (MARINI, 1977, p.68).

Ao intercâmbio desigual cristalizado no comércio internacional de troca de bens primários por produtos industrializados, sobrepunha-se outros meios de transferência de renda entre as nações – como o pagamento de serviços da dívida, remessas de lucros das filiais estrangeiras, rendimentos dos capitais financeiros especulativos –, que reforçariam o grau de “sobreexploração” da força de trabalho local (SANTOS, 1991).

Assim, o processo de industrialização da região nas suas diversas fases não implicou em nações capitalistas independentes, mas, ao contrário, em novas formas de subordinação da economia local ao capital internacional. O ideal de desenvolvimento nacional autônomo e popular era pouco a pouco deixado de lado a favor de um projeto de modernização retardatária, alinhado aos interesses econômicos e políticos do centro. Aos problemas de estreiteza relativa do mercado interno, de concentração brutal da renda, de exclusão e marginalidade social, acrescentava-se uma crescente desnacionalização e debilidade do aparelho produtivo local frente às aceleradas mudanças vividas nos países desenvolvidos (SANTOS, 1991).

Sob a lógica de acumulação no centro, a periferia dependente,

Não pode quebrar as cadeias de atraso que lhe impõem, não só as suas relações internacionais, como sobretudo as suas estruturas internas concentradoras e excludoras. Só é capaz de se desenvolver com base na exploração de mão-de-obra barata, mas não pode absorver maciçamente a sua força de trabalho e criar um mercado interno suficientemente amplo para dar origem a uma industrialização que integre os setores da indústria pesada e da moderna tecnologia; e muito menos capaz de gerar a sua própria tecnologia e de realizar um importante esforço interno que sirva de núcleo gerador de processos de acumulação (SANTOS, 1991, p.37).

Da mesma maneira, a era da globalização – de diluição progressiva dos limites territoriais e supressão de barreiras que criariam obstáculos ao livre fluxo de reprodução do capital –, acentuou a competitividade entre as grandes empresas e polarizou ainda mais o mundo entre aqueles que detêm o monopólio tecnológico e os custosos recursos para pesquisa e desenvolvimento e aqueles que se ocuparão da produção de bens intensivos em escala, recursos

naturais e trabalho. Nada mais próximo da antiga fórmula de divisão internacional do trabalho: regiões especializadas na exportação de bens primários ou de baixa complexidade e importadoras de produtos de enorme dinamismo e intensidade tecnológica.

Los países dependientes ya no tienen acceso a conocimientos tecnológicos concebidos sobre una base relativamente estable, como la de fines de la Segunda Guerra Mundial, sino que deben hacer frente al acelerado desarrollo de tecnologías de punta que demandan masas considerables de conocimiento y de inversión (...) Todo ello agrava las relaciones de dependencia y amenaza con reproducir en escala planetaria la división del trabajo que creó, en el pasado, la gran industria, aunque ahora se exija de los nuevos peones u *obreros rutinarios* grados de calificación muy superiores a los vigentes en el siglo XIX. Es inevitable, así, que – como es la norma en economías dependientes – los cambios por los que pasa el capitalismo engendren entre nosotros contradicciones mucho más agudas (MARINI, 1997, p. 260).

Por fim, frente a promessas de uma maior integração dos povos e de acesso aos mais distintos bens e serviços propiciados por uma revolução tecnológica sem precedentes, assistiu-se, ao contrário, ao aprofundamento da centralização e da concentração de capital nas mãos de poucos. Isto é, a exclusão e a marginalidade social, além da extensão do desemprego aberto e disfarçado, em compasso com as políticas de terceirização e flexibilização no mercado de trabalho. Sob livre funcionamento das forças do mercado, observa-se a generalização por todos os lados de um fenômeno presente na história dos países subdesenvolvidos: a superexploração da força de trabalho. “Su consecuencia – que era su causa – es la de hacer crecer la masa de trabajadores excedentes y agudizar su pauperización, en el momento mismo en que el desarrollo de las fuerzas productivas abre perspectivas ilimitadas de bienestar material y espiritual a los pueblos” (MARINI, 1997, p. 268).

2. O DEBATE RECENTE ACERCA DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

O recente dinamismo econômico do Brasil, frente a mudanças no cenário internacional, em especial pós-crise financeira, trouxe à tona a discussão dos rumos do país no caminho do desenvolvimento. A mítica em torno do crescimento econômico voltou a ilustrar os discursos na política, nos meios de comunicação e em grande parte da produção acadêmica. O clima eufórico de otimismo contagiante, ao mesmo tempo em que reflete a visão consensual de um país com enormes “janelas de oportunidades”, ofusca a necessidade de enfrentamento dos problemas estruturais típicos das economias subdesenvolvidas.

2.1. Nova divisão internacional do trabalho e inserção externa

Após um período de baixo crescimento doméstico, os anos 2000 ficaram marcados pelas altas taxas de dinamismo dos países ditos “emergentes”, propiciadas por uma conjuntura internacional favorável. A ascensão da China, através de uma política de inserção externa agressiva e intensa produção industrial, reforçou um processo que ganhava contornos claros em meio à era da globalização e de hegemonia neoliberal: a importância da região latino-americana na exportação de *commodities* ou produtos de baixa intensidade tecnológica, dentro de uma nova divisão internacional do trabalho.

Aos poucos, a China tornou-se o principal parceiro comercial da região, demandando bens primários e fornecendo uma diversidade de manufaturas em larga escala. Segundo Carneiro (2010) destaca, há um efeito contraditório da competitividade chinesa no continente, principalmente para aqueles países que alcançaram um considerável grau de complexidade de suas estruturas produtivas. A estratégia competitiva da China, atrelada a sua política de câmbio fortemente desvalorizado e alinhado ao dólar, resultou na crescente concorrência dos seus produtos nos mercados latino-americanos, que acabou por desbancar parte da produção doméstica e subtrair mercados terceiros.

No caso do Brasil, a China vem deslocando o tradicional mercado estadunidense em importância comercial, ao tornar-se o principal destino das exportações brasileiras e um dos principais países de origem das importações. No que diz respeito ao intercâmbio chinês,

conforme o comunicado nº85 do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), “pode-se afirmar que ao longo dos últimos 10 anos, para cada dólar que o Brasil adquire de suas exportações para a China, 87 centavos vêm de produtos primários e de manufaturas intensivas em recursos naturais (...) e apenas 2 centavos das vendas dos produtos de alta tecnologia” (IPEA, 2011, p.6).

O resultado não poderia ser outro: superávits comerciais em *commodities* primárias e manufaturas intensivas em recursos naturais e aprofundamento do déficit em produtos intensivos em tecnologia. Conforme ressaltado no estudo de Negri e Alvarenga (2011), a participação de *commodities* na pauta de exportação brasileira, que nos anos 1990 oscilava em torno de 40%, já representava 51% da mesma em 2010. Em relação à China, salientam o fato de o país, que possui mais de 600 milhões de pessoas morando na zona rural, viver um processo intenso de urbanização, no qual o Brasil terá participação crescente no papel de suprir essa demanda potencial por alimentos e energia. Não obstante, esses autores ressaltam que dentro do grupo de *commodities*, com destaque para a soja e minério de ferro, o Brasil atendia a 2,5% da demanda chinesa em 2000, enquanto que em 2009 sua participação já era de mais de 8% do mercado.

No plano externo, o Brasil deverá se consolidar como um dos maiores exportadores globais de “alimentos” e importante produtor e fornecedor de “energia” e de *commodities* minerais e metálicas. (...) Isso não significa *necessariamente*⁴ uma primarização da pauta exportadora nem uma crescente dependência do mercado asiático (chinês) (SARTI; HIRATUKA, 2011, p.36).

Houve ainda um ganho de *market share* dos produtos brasileiros nas importações da China, que de um patamar de aproximadamente 0,5%, atingiria hoje cerca de 2% das compras do país (NEGRI; ALVARENGA, 2011). Cabe ressaltar que a assimetria comercial entre os dois países não se modificou, dado o valor agregado dos produtos exportados pela China e a participação relativa no total do *quantum* importado; afinal, frente aqueles 2%, o mercado chinês absorveu 15,2% das exportações brasileiras de 2010 (IPEA, 2011).

Da mesma forma, observou-se uma intensificação do fluxo de investimento direto estrangeiro (IDE) no país – especialmente em atividades de agropecuária, extração de petróleo e minerais metálicos, e em segmentos industriais da química e petroquímica –, sem um claro rol de prioridades nos meios de acesso do capital externo ao mercado interno. Ao contrário da pequena participação, embora crescente, do fluxo de IDE da China no país, as aquisições de companhias

⁴ Grifos próprios.

pelo capital chinês foram consideráveis. Somente entre os anos de 2009 e 2010 foram adquiridas empresas nos setores financeiro, siderúrgico, de energia elétrica, de mineração e, principalmente, no setor de petróleo e exploração do pré-sal, além de atividades relacionadas ao agronegócio. Assim,

Fica evidente a estratégia chinesa de garantir o acesso a fontes de recursos naturais, bem como o de tentar influenciar no preço desses setores. (...) Segundo informações do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) 5,5 milhões de hectares de terras brasileiras pertencem a não brasileiros, no entanto, estes valores tendem a estar subestimados em virtude de dados incompletos nos registros dos cartórios e da declaração das empresas estrangeiras. Estimativas não oficiais afirmam que os chineses já possuem cerca de 7 milhões de hectares (IPEA, 2011, p.9).

Portanto, além da enorme importância no comércio externo como principal demandante de produtos básicos, a China passa a ter o controle estratégico sobre a riqueza natural e energética dos países latino-americanos, aprofundando o emaranhado de dependência política, econômica e financeira da região frente ao robusto dinamismo chinês.

Da mesma forma, a conjuntura internacional de elevada liquidez e baixas taxas de juros externas, aliada à lenta recuperação dos países centrais, tendem a resultar na sustentação dos preços dos produtos básicos e a incentivar a especulação financeira em *commodities*, resultando em certa inversão dos termos de troca a médio prazo.

Não acho que essa trajetória dos preços das *commodities* vá se manter, porque há uma bolha que vem por conta da política monetária americana, que está promovendo essa tremenda especulação no mercado (...). Mas eu diria que essa tendência dos preços “reais” entre aspas das *commodities* pode se manter por causa da demanda chinesa (BELLUZZO, 2011, p.437).

Isto é, levando em consideração apenas um aspecto da questão, corrobora-se as benesses da alta rentabilidade do setor para aqueles países que possuem vantagens comparativas naturais incontestáveis – mesmo que a custos de crescente vulnerabilidade interna frente a repentinas mudanças nas circunstâncias externas. “Há nesse caso um conflito entre os ganhos de curto e os de longo prazo. Neste momento, certamente exportar minérios para a China é um dos melhores negócios que existem, mas como fica a situação num período maior? (LAMUCCI, 2011)”.

2.2. Estrutura produtiva e dinamismo doméstico

As altas taxas de juros internas, num contexto de livre mobilidade de capital, juntamente com a forte competitividade e rentabilidade do setor de *commodities*, resultam em expressivos superávits no balanço comercial brasileiro, o que reforça ainda mais a apreciação da moeda doméstica, expondo os setores industriais à ferrenha concorrência externa.

As pressões para um câmbio valorizado virão do superávit comercial “estrutural”, das confortáveis reservas internacionais e dos fluxos positivos da conta de capital e financeira do balanço de pagamentos. O saldo positivo na balança comercial deverá se sustentar nas exportações de *commodities* agrícolas e minerais e será paulatinamente acrescido pelos excedentes do Pré-sal, a partir da maturação dos investimentos em 2020 (SARTI; HIRATUKA, 2011, p.33).

Para Bresser Pereira (2008), a década de 1990 marcou o fim de políticas de controles tarifários, alfandegários e cambiais, que desestimulavam a importação de bens manufaturados e taxavam a receita de exportação de produtos básicos. A partir de então, com o aumento relativo dos preços das *commodities*, juntamente com a discrepância entre as taxas de juros externas e internas, observou-se uma forte apreciação cambial e o agravamento da “doença holandesa” no Brasil. A abundância de mão-de-obra e recursos naturais baratos no país resulta na sobrevalorização crônica da taxa de câmbio, a níveis incompatíveis com a competitividade da indústria doméstica de bens comercializáveis. Dessa forma, há um deslocamento de fatores e recursos para os setores nos quais se possuem vantagens comparativas, como é o caso das *commodities*, implicando em sério problema de desindustrialização e insuficiência de investimentos nas demais atividades. No caso brasileiro, sem políticas que revertam essa tendência, as perspectivas de inversão na exploração do pré-sal e nos excedentes exportáveis podem transformar as “bênçãos” da descoberta das reservas energéticas em “maldição da doença holandesa”.

Visando contra-atacar os efeitos da política de juros alto e câmbio valorizado, o governo passou a financiar as grandes empresas nacionais, inclusive os seus investimentos privados no exterior, na tentativa de aumentar a competitividade da indústria doméstica a nível internacional. No entanto, pouco se tem sido questionado a respeito de metas de produção, reinversão dos lucros, proibição da transferência do controle acionário ao capital estrangeiro ou ainda a obrigatoriedade de compra direta de fornecedores locais. Ou seja, utiliza-se os escassos

recursos de financiamento de longo prazo no país para agigantar algumas empresas, que criarão renda e empregos longe do território nacional (CANO, 2010).

As limitações da demanda externa em dinamizar a economia doméstica estão atreladas ao quadro de opção pela reprimarização da pauta exportadora e especialização produtiva em torno de *commodities*, ou seja, aos negócios do *agrobusiness* – incluindo também indústrias processadoras de matérias-primas e atividades de extração de petróleo e minério de ferro. A tendência que se afirma é a de desestruturação, desadensamento das cadeias produtivas internas e desindustrialização precoce em prol de ganhos de competitividade internacional em atividades de baixo valor agregado e pouco dinamismo. É importante, ademais, ressaltar a menor capacidade desses setores intensivos em recursos básicos em promover encadeamentos com o restante da economia e induzir o crescimento do PIB a longo prazo.

Em reportagem do jornal Valor Econômico (LAMUCCI, 2011), Fernando Sarti afirma que a discussão em torno dos produtos primários no país é mais complexa do que a contraposição dos negócios de aço *versus* minério de ferro, em função da demanda e dos preços internacionais. Segundo ele, há uma mudança de conteúdo tecnológico nos processos produtivos de algumas *commodities*, além de um transbordamento de certas atividades para outros segmentos da economia. Ao exemplificar o caso da produção da soja, que estimula investimentos em pesquisa e desenvolvimento nos ramos da química fina e biotecnologia, enquanto que a produção de celulares no Brasil limita-se apenas à atividade de montagem, Sarti chama a atenção para a debilidade da produção industrial de bens intensivos em tecnologia.

Do ponto de vista teórico, Sarti e Hiratuka (2011) ressaltam que há visões opostas em relação ao melhor nível de diversificação da estrutura produtiva brasileira. De um lado estão os que defendem uma estrutura especializada e internacionalizada, uma total exposição da indústria nacional à concorrência externa e uma inserção comercial em setores intensivos em recursos naturais, de acordo com suas vantagens competitivas históricas ou construídas. Na mesma linha, argumentam que há uma maior sofisticação no processo de produção e extração dessas atividades, possuindo um valor agregado diferente daquele existente no período pré-industrialização.

Do outro lado, há a visão que defende que a desindustrialização, identificada na reduzida contribuição à geração de renda e emprego e na menor capacidade de encadeamentos

produtivos e tecnológicos, juntamente com uma pauta exportadora específica, reforçaria o ciclo de superávits comerciais, apreciação da moeda e desmantelamento da produção interna, representando mais riscos que oportunidades ao país. Afinal, não se pode afirmar que as consequências para essas economias seriam as mesmas que para aquelas que atingiram um grau de desenvolvimento econômico, no qual a indústria cede espaço a um setor de serviços (finanças, telecomunicações, saúde e educação) cada vez mais sofisticados.

Há vários economistas que não apenas pensam que essa reprimarização é benéfica, como também pensam que a industrialização não é mais importante como foi. Alguns chegam mesmo a enaltecer o “modelo australiano”. Parecem ignorar a diferença entre “desindustrialização” daquele país e a nossa desindustrialização; as diferenças entre um país desenvolvido, cuja renda *per capita* é de US\$44 mil com um subdesenvolvido, cuja renda é de apenas US\$7 mil, cifra da qual deveríamos descontar a elevada valorização cambial que a infla em dólares; e que temos nove vezes mais habitantes (CANO, 2010, p.28).

No que concerne à história recente do Brasil, num período de poucos anos, a proteção ao setor industrial foi drasticamente reduzida, à exceção da política de favorecimento à atividade de montagem do setor automotivo. Desde o início dos anos 1990, seguindo o receituário das políticas neoliberais em voga, as barreiras não tarifárias foram eliminadas e a tarifa alfandegária média caiu a um terço da que havia vigorado na década anterior. Na mesma linha, foi abolido o Anexo C, uma lista que continha cerca de 1300 produtos com importação proibida, em razão da produção similar nacional. Para completar, observou-se uma valorização sistemática da taxa de câmbio, até a mudança do regime em 1999. Foi o início de uma especialização da estrutura produtiva após uma trajetória de opção pela diversificação e minimização da dependência estrutural de importações. O saldo comercial tornou-se globalmente negativo pós-1994, especialmente nos setores intensivos em tecnologia e capital, o que reflete a perda de densidade produtiva na atividade industrial (CARNEIRO, 2002).

Com a mudança de política econômica em 1999 e a opção pelo tripé: câmbio flutuante, metas de inflação e superávit fiscal, observou-se uma lenta recuperação da demanda doméstica. Esta, juntamente com a consequente desvalorização da moeda, resultou novamente em importantes superávits no balanço comercial.

Todavia, o retorno dos fluxos de capital e a sobrevalorização do real, após uma década de medidas a favor da abertura comercial e financeira, significou, nos anos de retomada do crescimento, uma enxurrada de produtos importados, especialmente nos setores de alta

(aeronáutico, farmacêutico, informática, telecomunicações) e média-alta tecnologia (equipamentos elétricos e mecânicos, automotivo, produtos químicos, material de transporte). As únicas exceções no que diz respeito a produtos de alto valor agregado são as indústrias da aviação, pela importância da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), e do setor automotivo, este basicamente relacionado a atividades de montagem (CARNEIRO, 2010). Nos últimos anos, a baixa competitividade aliada à grande demanda por bens intermediários importados do segmento automobilístico resultou na passagem de sua condição de superávit a déficit comercial.

Ou seja, nos últimos três anos, a “primarização” da pauta de comércio do país não é apenas resultado de um desempenho excepcional das exportações brasileiras de *commodities*, mas também reflete a perda de participação – ou seja, de competitividade – do país no comércio internacional em todos os outros grupos de produtos, especialmente os intensivos em tecnologia (NEGRI; ALVARENGA, 2011, p.10).

No caso dos produtos de média-alta tecnologia, em que há um considerável parque industrial montado no país, por grandes empresas nacionais e internacionais, observa-se, pelo crescente déficit comercial, um acirramento da disputa pelo mercado interno entre produção doméstica e externa. Ou seja, há uma tendência à perda de parcelas de mercado no qual o nível tecnológico não foi um impeditivo à produção interna e no qual o dinamismo é atrelado ao recente ciclo econômico brasileiro, como a alta elasticidade da demanda com o crescimento do PIB (veículos e produtos químicos) e a própria evolução do investimento (bens de capital) (ALMEIDA, 2011c).

Segundo a análise do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, IEDI (2011), até setembro desse ano, a indústria de transformação já acumulava um déficit na ordem de US\$35,3 bilhões, enquanto que, no mesmo período, essa cifra atingia apenas US\$4 bilhões em 2008 e um apreciável superávit de US\$22,4 bilhões em 2005. De acordo com Almeida (2011b), a justificativa para a intensidade e velocidade do processo de desequilíbrio comercial da indústria brasileira estaria tanto no conjunto das questões internas de estrutura tributária, financiamento de longo prazo, infraestrutura, produtividade e capacidade de inovação, quanto das mudanças que emergiram da crise mundial de 2008, como o acirramento da concorrência pelos poucos mercados dinâmicos existentes hoje e a guerra cambial protagonizada pela China (maior produtor de bens industriais) e Estados Unidos (ainda a maior economia do mundo).

O real se valoriza tanto e a indústria assiste sua competitividade desabar não porque as *commodities* têm bons preços, mas porque uma taxa de juros interna fora do comum e um tímido controle dos fluxos de capitais confirmam as apostas de valorização em mercados futuros (ALMEIDA, 2011a).

Seguindo essa direção, a indústria brasileira tenderia a perder seu papel ativo fundamental ao desenvolvimento do país. Isto é, o círculo virtuoso de geração de renda e emprego no mercado doméstico, o atrativo a novos investimentos, à capacitação tecnológica e uma melhor inserção externa, no longo prazo, deixarão de fazer parte da agenda estratégica brasileira. O menor dinamismo terá que atrelar-se às rendas e transferência geradas pelas atividades exportadoras nos setores de *commodities* agrícolas, minerais e do pré-Sal (SARTI e HIRATUKA, 2011).

A trajetória de crescimento do país na última década foi largamente impulsionada pela combinação consumo-crédito às famílias e, posteriormente, pelo investimento induzido, em meio a um cenário internacional favorável. Segundo Carneiro (2010), a demanda externa, que vinha se acelerando no início do período, passou a contribuir de forma negativa às taxas de crescimento interno, a partir de meados dos anos 2000.

Dadas às limitações próprias da inserção externa brasileira, é o mercado doméstico que passa a viabilizar as altas taxas de crescimento do produto interno (PIB). Do lado do consumo, o período ficou marcado pelo aumento e redistribuição da renda e pela maior combinação de crédito-endividamento das famílias. Observou-se um alargamento do prazo médio de financiamento e ampliação da oferta – em meio a inovações financeiras, como a expansão do crédito consignado a trabalhadores e aposentados – e da demanda por crédito, não obstante às altíssimas taxas de juros cobradas – calculadas sobre a taxa de juros básica da economia e sobre os *spreads* bancários. Já a melhoria na distribuição dos ingressos associa-se às transferências e gastos públicos e ao crescimento real dos salários mínimo e médio (CARNEIRO, 2010).

Além disso, retomou-se o mecanismo de retroalimentação de mercado de trabalho, renda e consumo, no qual o dinamismo resultou em investimento induzido, refletindo-se na expansão da formação bruta de capital fixo, principalmente em 2006 e 2007, antes da crise internacional. Este breve ciclo de investimentos (2006-2008) concentrou-se no setor exportador e de infraestrutura, e em menor medida nas atividades industriais e de construção civil (SARTI; HIRATUKA, 2011).

Carneiro (2010) indica que, se for possível manter o elevado multiplicador de renda interno e coordenar formas de articulações entre investimento público e privado, principalmente de gastos em infraestrutura e construção civil, só restam dois aspectos para que o novo modelo de desenvolvimento brasileiro se mantenha: o elevado patamar da taxa de juros e o desalinhamento cambial. Este último, se seguir na tendência atual de apreciação e especialização produtiva pode reverter a trajetória de crescimento, ao aumentar a elasticidade-renda das importações e diminuir o multiplicador de renda e emprego.

No entanto,

Cabe adicionar que o atual tipo de crescimento, além de destruir empregos industriais, é mais gerador de empregos terciários, onde predominam as ocupações de menor renda e qualificação, sendo, portanto ruim também para a urbanização, que continuará ampliando ainda mais o chamado “inchaço urbano”, com o que não reduziremos o desemprego oculto. Por outro lado, recordemos que esse crescimento tem limites estreitos, diante da possibilidade de descontinuidade dos atuais recursos externos e da expansão do crédito ao consumo (CANO, 2010, p.28).

2.3. Os rumos do (sub)desenvolvimento

A reorganização da divisão internacional do trabalho e o impulso do crescimento recente do país, segundo Tavares (2010), resultou na superação da análise de que o mundo estaria polarizado entre centro e periferia, o que possibilitou a ascensão do Brasil à condição de economia em “desenvolvimento intermediário”.

À diferença de outras épocas, as trocas hoje seriam favoráveis ao país, já que a China é uma forte demandante de produtos primários e, embora haja uma primarização da pauta de exportações brasileiras, não há rigidez e tampouco escassez de divisas. Por conseguinte, a única preocupação com a valorização da moeda nacional seria no âmbito das importações que disparam e implicam em desaceleração da indústria. “Ao contrário da mudança de centro [capitalista] da Inglaterra, que não tinha produtos primários, para os EUA, que tinham, o que levou ao fim do modelo primário-exportador na América Latina, a China vai ter décadas ainda importando produtos primários (...). Para nós está bom” (TAVARES, 2010).

A propósito da declaração de Maria da Conceição Tavares,

Assim como a economia política inglesa sabe desde William Petty que um país pode destinar suas exportações para muitos países e empobrecer, o pensamento crítico sabe que um país pode destinar suas exportações para muitos países e não mudar um milímetro sua posição na divisão internacional do trabalho. De fato, o Brasil exporta produtos agrícolas e minerais para muitos países do mundo sem que supere o subdesenvolvimento e a dependência; ao contrário, se pode afirmar que esta é uma das razões pelas quais seguimos no atoleiro do subdesenvolvimento (OURIQUES, 2010).

Após 20 anos de opção pelo neoliberalismo, Cano (2010) atenta à necessidade de se repensar os rumos do desenvolvimento brasileiro, já que, ao contrário do que muitos apregoam, não são inevitáveis a reprimarização da pauta ou a desindustrialização em detrimento do mercado interno de manufaturas, a desnacionalização e a submissão aos ditames do sistema financeiro internacional.

Assim, se na década de 1980 a maior parte dos economistas se omitiu para com os problemas do longo prazo e do desenvolvimento, ou seja, do futuro do país, fez pior a partir de 1990, ao declarar seu credo ao neoliberalismo. Da omissão passaram à participação ostensiva nesse mar de equívocos, nesse fatal esquecimento de que somos subdesenvolvidos – e não “emergentes”, como disseram os neoliberais (CANO, 2010, p.2).

À medida que ganhou força o ideal da produção acadêmica nacional à similitude da criada nos avançados centros de pesquisa norte-americanos ou originárias de países na vanguarda do sistema, o pensamento crítico latino-americano pulverizou-se em debates esparsos e isolados. Em contraposição, os teóricos brasileiros, na sua maioria, incorporaram e,

Também copiaram, mais uma vez, muito do ruim que se produziu na teoria: o papel das reformas neoliberais – o Consenso de Washington –, o neoinstitucionalismo, o neoestruturalismo, os modelos de convergência internacional, a maior parte dos modelos de crescimento endógeno e muitas das ‘novas teorias’ do desenvolvimento. De desenvolvimentistas de ontem, passaram a inimigos do elevado crescimento; de industrialistas, passaram a aceitar a reprimarização de nossa pauta exportadora. Trocaram a estratégia do protecionismo necessário, pela estultice da abertura internacional dos mercados de *commodities*, em troca do nosso imprescindível mercado interno de manufaturados (CANO, 2010, p.2).

O horizonte curtoprazista de grande parte dos economistas na academia e no governo, aliado aos interesses da lógica privada empresarial, chancelam um “otimismo ingênuo que segue inibindo a reflexão crítica necessária para mudar radicalmente o país” (OURIQUES, 2010). Se de um lado a última crise internacional de grande envergadura abalou o mundo e colocou em xeque várias premissas e promessas das diretrizes dominante, no qual se abandonou prontamente o discurso de não intervencionismo e livre jogo das forças mercado, ainda hoje, “os economistas

neoclássicos se limitam a repetir suas verdades eternas ou simplesmente fazem de conta que não possuem responsabilidades sobre a crise global que queima riqueza e gera crescente desigualdade social” (OURIQUES, 2010).

Da mesma forma, no país, aproveitaram-se da retomada do crescimento econômico para deslocar o debate que denunciava as falácias do neoliberalismo, após uma década de baixíssimo crescimento do PIB, de deterioração da qualidade do investimento, aumento do desemprego formal e do emprego informal, de elevação dos níveis de pobreza e desigualdade de renda, de concentração da propriedade, além de desnacionalização de parte estratégica da indústria nacional e especialização regressiva da estrutura produtiva.

Mais uma vez o questionamento em torno da problemática do subdesenvolvimento e da dependência no país cedeu lugar às virtudes das altas taxas de crescimento, do dinamismo do mercado doméstico, das possibilidades de consumo de novas camadas sociais, das vantagens comerciais na exportação de *commodities* frente ao gigantismo chinês, da confortável posição das nossas reservas internacionais e do deleite das descobertas do pré-sal. O discurso hegemônico no país passou a “oscilar de maneira ciclotímica entre a euforia e a impotência, conforme a direção dos fluxos de capital externo” (SAMPAIO JR., 2007, p.149), sendo que,

Com nossa história aprendemos que podemos crescer e amenizar nossos males, mas não atingir os padrões dos países desenvolvidos. Sempre haverá um hiato, principalmente qualitativo, entre nós e eles, que tem crescido expressivamente nos últimos três séculos (CANO, 2010, p.8).

Ainda que a sensação hoje seja de entusiasmo pela retomada do dinamismo, “as novas bases em que se deu essa ‘retomada’, por meio do ‘efeito China’ e do crescimento do consumo familiar, embora possam resultar em taxas mais altas num período, não podem garantir a permanência da bonança comercial e financeira externa e interna, para manter um crescimento alto e persistente” (CANO, 2010, p.9).

Além disso, as medidas adotadas desde a última década, como políticas sociais de renda mínima, elevação do salário mínimo real e instituição do crédito consignado, amenizam apenas uma ínfima parte das heranças perversas do passado colonial e do persistente subdesenvolvimento, principalmente no que diz respeito às necessidades básicas da coletividade.

Em 2007, em termos de atendimento de serviços de água, o déficit em saneamento básico representava 19% dos domicílios, enquanto que em termos de esgoto sanitário, apenas

40% das casas eram atendidas. Já em relação ao lixo, embora haja coleta em grande parte dos domicílios, 60% deste é acumulado a céu aberto. Na área da saúde pública, além da deficiência em infraestrutura, hospitais, médicos e profissionais da área, há ainda uma grande concentração de doenças infecto-parasitárias (dengue, malária, hanseníase, leishmaniose, tuberculose) nas diversas regiões. Estima-se que o montante de investimentos exigido seria de R\$1.096 bilhões em saúde, R\$783 bilhões em educação e R\$1.500 bilhões em transporte urbano (CANO, 2010).

A experiência nos ensinou amplamente que, se não se atacam de frente os problemas fundamentais, o esforço de acumulação tende a reproduzir, agravado, o mau desenvolvimento. (...) O desenvolvimento não é apenas um processo de acumulação e de aumento de produtividade macroeconômica, mas principalmente o caminho de acesso a formas sociais mais aptas a estimular a criatividade humana e responder às aspirações da coletividade (FURTADO, 2004, p.4).

Se as previsões de recursos da exploração do pré-sal concretizarem-se, há uma parcela considerável do excedente a ser alocada de modo a suprir os déficits de investimentos no âmbito social. “Seria uma boa alternativa de uso de recursos escassos, notadamente num país no qual o investimento público foi drasticamente reduzido, em que os juros da dívida pública absorvem cerca de 6% do PIB e a política fiscal ortodoxa impõe um superávit fiscal elevado, justamente para pagar esses juros” (CANO, 2010, p.16).

Em relação à urbanização, Wilson Cano ainda atenta sobre

A descara no planejamento urbano, a menor atenção dada aos investimentos sociais e de saneamento básico e os efeitos da própria política nacional de habitação herdado do regime militar, que proporcionaram notável aumento da especulação urbana e que agravariam, mais tarde, os atuais desastres urbanos. Isto resultaria numa urbanização “caótica e explosiva”, perifizando ao extremo o proletariado, ocupando espaços impróprios (morros, alagados, áreas de preservação, etc.), o que conduziria nossa vida urbana a um sério desastre, como, lamentavelmente, estamos assistindo nos últimos tempos (CANO, 2010, p.25).

No caso da questão regional, observou-se uma modesta convergência estadual da renda *per capita* e certa desconcentração agrícola e industrial, todavia ainda mais decorrentes de guerras fiscais entre os estados e municípios do que de políticas de desenvolvimento regional, privando o enfrentamento dos problemas sociais em razão dos escassos recursos gastos nessas disputas (CANO, 2010). Ao mesmo tempo, nota-se, dentro de um único espaço econômico, verdadeiras “ilhas de prosperidade”, integradas a nichos de mercado próprios da nova divisão internacional do trabalho, e regiões estanques, marginalizadas do comércio externo ou

delimitadas pelo impulso proveniente de outras áreas ou atividades mais importantes política e economicamente (SAMPAIO JR., 2007).

Se, segundo Cano (2010), o quadro atual ainda é de precariedade da saúde e educação públicas, déficits de habitação e saneamento básico, ocupações impróprias e marginalidade frutos da urbanização “caótica e explosiva”, violência social, deterioração das relações de trabalho e distorção do processo de desconcentração produtiva regional via guerra fiscal, “o que ganharemos com a renúncia no terreno teórico?” (OURIQUES, 2010).

Este é o caminho de quem não aceita o impasse que limita o debate sobre o futuro do Brasil a um estéril braço de ferro a respeito do ritmo e da intensidade do processo de reciclagem do padrão de consumo de uma pequena parcela da população. A extrema adversidade do momento histórico revela que não há atalho para o desenvolvimento nacional. O desafio é colossal e a urgência do problema inadiável. (...) A questão fundamental consiste em livrar o Brasil de suas três principais mazelas: *o caráter dependente de seu sistema econômico* – uma forma de organização da vida material que deixa as estruturas e dinamismos da economia sujeitos às vicissitudes dos movimentos especulativos do capital internacional; *a natureza de seu regime de classes* – um padrão de estratificação social que coloca um abismo entre ricos e pobres, caracterizando um sistema de *apartheid* social; e *o pesado fardo de uma cultura colonialista*, que compromete a capacidade da sociedade de discernir suas necessidades – uma visão de mundo estreita que transforma a cópia dos estilos de vida e de consumo das economias centrais na prioridade absoluta das classes dominantes (SAMPAIO JR., 2007, p. 154).

3. O COMÉRCIO EXTERNO E A REPRIMARIZAÇÃO DA PAUTA EXPORTADORA BRASILEIRA

A posição recente do Brasil numa nova divisão internacional do trabalho está atrelada a um aprofundamento das relações comerciais e financeiras entre o país e o gigante mercado chinês, e a uma especialização da pauta exportadora em torno de *commodities* primárias.

O panorama externo pós-crise financeira de 2008 resultou em um quadro que já vinha ganhando contornos desde o início do século XXI, vale dizer, da ascensão de um país não desenvolvido, a China, como a potência exportadora de produtos manufaturados baratos e intensivos em tecnologias à grande parte do mundo.

Por um lado, a necessidade chinesa de grande quantidade de matérias-primas, alimentos e energia reitera a posição altista dos preços das *commodities*. Por outro lado, a produção de manufaturas chinesas, intensiva em trabalho e em tecnologia, para o mercado interno e para exportação, reforça a posição baixista dos preços desses produtos devido ao efeito escala de produção. Isso poderá gerar mudanças nas estruturas das exportações e importações de diversos países (IPEA, 2011, p.3).

O mercado chinês, em intenso processo de urbanização, amparado por uma política de câmbio fortemente desvalorizado e alinhado ao dólar – moeda referente do sistema monetário internacional –, possibilitou a produção com baixíssimo custo de mão-de-obra e a níveis inigualáveis de escala. Outro agravante, que torna a situação extremamente delicada, principalmente pela crescente dependência do Brasil para com a potência asiática, é que,

Ela é muito controlada, o câmbio é muito favorecido, os salários são baixos, isso dá uma competitividade muito diferenciada à China. E eles têm um programa de inovação e de progresso tecnológico que bota qualquer outro plano de qualquer outro país do mundo no chinelo. Isso significa dizer que se hoje eles ainda precisam do câmbio e dos salários baixos para serem competitivos, daqui a pouco não vão precisar de mais nada disso. Vão fazer todo o produto que o mundo é capaz de fazer em alta tecnologia rivalizando com os alemães, com americanos de certos setores, com japoneses de certos setores, coreanos de certos setores (ALMEIDA, 2011b).

Dessa forma, o ritmo do dinamismo mundial passou a ser ditado pelo crescimento da China e de outras economias ditas “em desenvolvimento”, enquanto que os países, que há séculos encontram-se no centro do sistema capitalista, enfrentam dificuldades para retomar os níveis satisfatórios de dinamismo doméstico e solucionar os problemas de desemprego crescente.

No caso brasileiro, se os anos 1990 ficaram marcados pela adoção de políticas neoliberais e por seguidas reversões dos fluxos internacionais de capital, resultando naquilo que ficou conhecido como movimentos de “*stop and go*” na economia, a década de 2000 significou uma retomada mais robusta do crescimento, puxada principalmente pelo consumo doméstico. No entanto, apesar do enaltecido desempenho interno, a conjuntura internacional pode influenciar significativamente a economia doméstica, com efeitos expressivos no longo prazo. A elevada rentabilidade relativa do setor exportador, pela alta das cotações de *commodities* metálicas, agrícolas e energéticas, traduz-se nas decisões recentes de investimento concentrados em atividades de mineração, petróleo, alimentos e metalurgia básica (NEGRI; ALVARENGA, 2011). Isto é, implica em importantes esforços produtivos do país nos setores tradicionais, em detrimento do fortalecimento da indústria de transformação – que apesar da curta recuperação, vem se desacelerando. Por isso que não se pode deixar às disposições do mercado, mas “tem que estar sempre avaliando. Se você deixar entrar à galega acaba desindustrializando” (TAVARES, 2010).

Tabela 1
Evolução do Comércio Externo Brasileiro - 1990 a 2009

Período	PIB Brasil			Exportação Brasil (FOB)			Importação Brasil (CIF)			Exportação Mundial (FOB)		Importação Mundial (CIF)		PIB Mundo	
	US\$ bi	Tx. real	%	US\$ bi	%		US\$ bi	%		US\$ bi	US\$ bi	US\$ bi	Tx. real		
	(A)	%	A/F	(B)	B/A	B/D	(C)	C/A	C/E	(D)	(E)	(F)	%		
1990	469,3	-4,3	2,1	31,4	6,7	0,93	22,5	4,8	0,64	3.395,3	3.491,6	22.489	2,6		
1991	405,7	1,0	1,7	31,6	7,8	0,93	23,0	5,7	0,63	3.396,7	3.632,0	23.888	1,8		
1992	387,3	-0,5	1,6	35,8	9,2	0,99	23,1	6,0	0,59	3.627,7	3.881,0	24.041	2,0		
1993	429,7	4,9	1,8	38,6	9,0	1,07	27,7	6,5	0,72	3.619,6	3.875,0	24.442	2,3		
1994	543,1	5,9	2,1	43,5	8,0	1,04	36,0	6,6	0,81	4.202,6	4.428,0	26.261	3,7		
1995	705,4	4,2	2,4	46,5	6,6	0,93	54,1	7,7	1,02	5.020,0	5.283,0	29.120	3,7		
1996	840,3	2,2	2,8	47,7	5,7	0,91	56,8	6,8	1,02	5.248,6	5.544,0	29.870	4,1		
1997	871,3	3,4	2,9	53,0	6,1	0,98	63,3	7,3	1,10	5.429,7	5.737,0	29.736	4,2		
1998	844,0	0,0	2,9	51,1	6,1	0,96	61,1	7,2	1,08	5.350,6	5.681,0	29.508	2,8		
1999	586,8	0,3	1,9	48,0	8,2	0,86	51,9	8,8	0,88	5.559,7	5.921,0	30.908	3,8		
2000	645,0	4,3	2,0	55,1	8,5	0,88	59,1	9,2	0,88	6.276,7	6.724,0	31.916	4,7		
2001	553,8	1,3	1,7	58,3	10,5	0,97	58,6	10,6	0,90	6.019,9	6.482,0	31.677	2,2		
2002	504,4	2,7	1,5	60,4	12,0	0,96	49,7	9,9	0,74	6.308,5	6.741,0	33.210	2,9		
2003	553,6	1,1	1,5	73,2	13,2	0,99	50,9	9,2	0,65	7.376,1	7.861,0	37.332	3,6		
2004	663,8	5,7	1,6	96,7	14,6	1,08	66,4	10,0	0,69	8.976,4	9.567,0	41.998	4,9		
2005	882,4	3,2	1,9	118,5	13,4	1,16	77,6	8,8	0,72	10.221,6	10.853,0	45.431	4,5		
2006	1.088,8	4,0	2,2	137,8	12,7	1,17	95,8	8,8	0,77	11.811,4	12.435,0	49.155	5,1		
2007	1.366,5	6,1	2,5	160,6	11,8	1,18	126,4	9,3	0,89	13.661,2	14.287,0	55.392	5,2		
2008	1.636,0	5,1	2,7	197,9	12,1	1,26	182,4	11,1	1,11	15.742,7	16.493,0	61.187	3,0		
2009	1.577,3	-0,2	2,7	153,0	9,7	1,26	133,7	8,5	1,06	12.146,3	12.647,0	57.843	-0,6		

Fonte: Elaboração a partir de tabela DEPLA/SECEX/MDIC.

Exportação e importação brasileira: SECEX/MDIC e RFB/MF; taxa real de variação do PIB: IBGE; PIB em dólar: BACEN; PIB mundial: FMI.

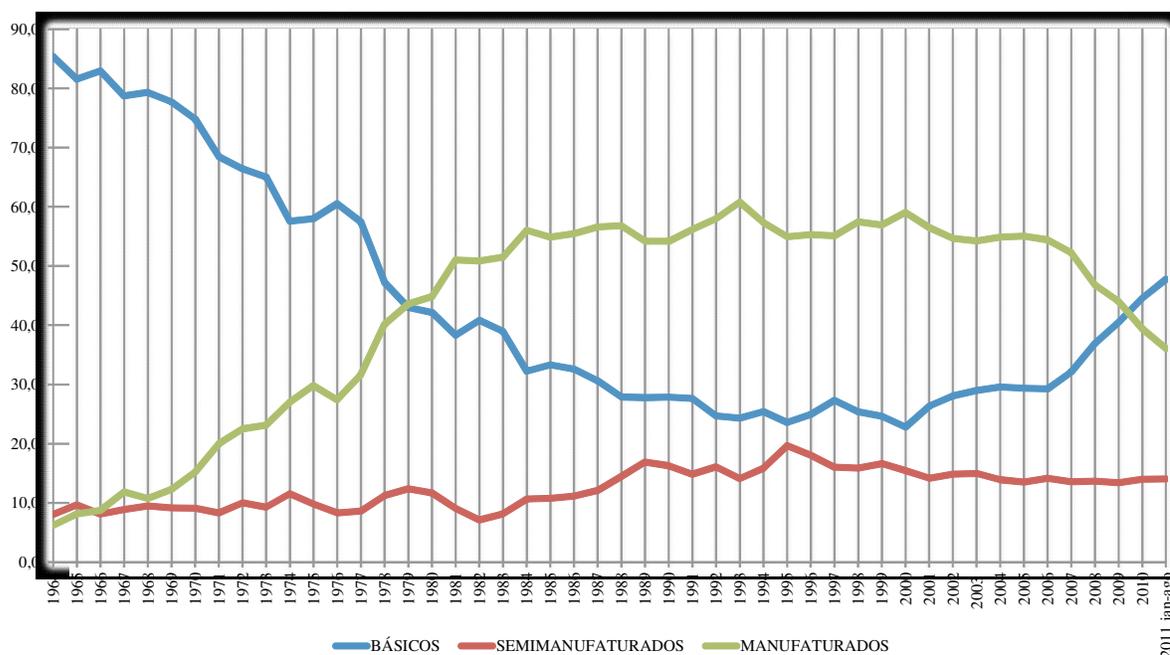
Através da análise da Tabela 1, é possível ressaltar as altas taxas reais de crescimento interno a partir de 2004, ao redor de 5%, exceto no ano seguinte à eclosão da crise financeira internacional. No caso da participação do PIB brasileiro no produto mundial, observa-se que o

país ainda representa uma pequena parcela em relação às grandes economias, embora nesses últimos anos essa fração esteja aumentando para cerca de 3% do total⁵.

Além disso, é possível verificar a evolução das exportações e importações brasileiras em relação ao comércio mundial. No caso das primeiras, o montante em valor exportado saltou de US\$58,3 bilhões nos anos 2000 para mais de US\$200 bilhões em 2010, o que significou 1,38% das exportações totais frente a 0,88% do outro ano. Já em relação aos produtos importados, estes passaram de US\$59,1 bilhões para US\$191,5 em 2010, atingindo 1,26% das exportações mundiais.

A partir do Gráfico 1, observa-se uma transformação no tipo de produto exportado pelo país desde 1964, que refletiu, de início, o resultado da adoção de políticas pró-setor exportador por parte dos governos militares, e *a posteriori*, os efeitos de anos de câmbio sobrevalorizado juntamente com a adoção de políticas econômicas inclinadas à abertura com desregulação e à especialização da estrutura produtiva com desnacionalização.

Gráfico 1
Exportação Brasileira por Fator Agregado - 1964 a 2010 (%)



Fonte: Gráfico elaborado a partir de dados do MDIC/SECEX.

⁵ Cabe ainda ressaltar que a própria valorização da moeda influencia na análise dos dados, já que estes são computados em dólar. Por isso que a contribuição brasileira também diminui e infla de acordo com o movimento do câmbio, facilmente visualizada no período pós-adoção do Plano Real até a mudança no regime cambial em 1999.

Tabela 2
Saldo Comercial por Intensidade Tecnológica (*) - 1997 a 2010 (US\$ milhões FOB)

Setores	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Total	(6.753)	(6.624)	(1.290)	(765)	2.621	13.119	24.758	33.640	44.708	46.120	40.028	24.746	25.272	20.267
Produtos não industriais	3.029	3.797	3.264	2.403	4.091	5.119	6.791	8.129	11.473	13.869	18.070	26.040	30.640	51.019
Produtos industriais (*)	(9.782)	(10.421)	(4.554)	(3.168)	(1.470)	8.000	17.968	25.511	33.235	32.251	21.958	(1.294)	(5.368)	(30.753)
Indústria de alta tecnologia (I)	(9.570)	(8.838)	(7.656)	(7.342)	(6.842)	(4.525)	(5.296)	(7.548)	(8.377)	(11.839)	(15.044)	(21.932)	(18.431)	(26.497)
Aeronáutica e aeroespacial	(310)	(34)	438	1.840	1.943	1.608	990	1.755	1.745	1.326	1.784	1.114	401	682
Farmacêutica	(1.672)	(1.825)	(2.080)	(1.979)	(2.132)	(1.888)	(1.781)	(2.093)	(2.281)	(2.718)	(3.764)	(4.642)	(4.566)	(6.378)
Material de escritório e informática	(1.376)	(1.380)	(1.071)	(1.473)	(1.433)	(1.169)	(1.050)	(1.232)	(1.550)	(2.222)	(2.383)	(3.104)	(2.735)	(3.760)
Equipamentos de rádio, TV e comunicação	(4.417)	(3.795)	(3.557)	(4.168)	(3.292)	(1.454)	(1.910)	(3.968)	(3.884)	(5.295)	(6.629)	(9.786)	(7.056)	(11.394)
Instrumentos médicos de ótica e precisão	(1.795)	(1.804)	(1.386)	(1.563)	(1.928)	(1.621)	(1.545)	(2.009)	(2.408)	(2.930)	(4.052)	(5.513)	(4.475)	(5.646)
Indústria de média-alta tecnologia (II)	(11.982)	(12.369)	(9.982)	(8.695)	(10.719)	(6.935)	(3.292)	(2.447)	494	(908)	(10.126)	(29.169)	(26.504)	(38.983)
Máquinas e equipamentos elétricos n. e.	(1.822)	(1.966)	(1.861)	(1.814)	(2.822)	(2.162)	(1.544)	(1.239)	(945)	(907)	(1.266)	(2.339)	(2.365)	(4.615)
Veículos automotores, reboques e semi-reboques	(642)	(534)	295	972	992	2.300	4.126	5.695	7.825	7.836	5.736	2.203	(2.915)	(4.525)
Produtos químicos, excl. farmacêuticos	(4.360)	(4.795)	(4.417)	(4.858)	(5.223)	(4.487)	(4.694)	(6.824)	(6.165)	(6.795)	(10.852)	(20.109)	(12.499)	(16.118)
Equipamentos para ferrovia e material de transporte n.e.	(216)	(209)	(310)	(136)	(103)	(76)	49	(0)	131	(27)	(66)	(767)	(357)	(997)
Máquinas e equipamentos mecânicos n.e.	(4.943)	(4.865)	(3.689)	(2.858)	(3.562)	(2.509)	(1.229)	(78)	(351)	(1.014)	(3.679)	(8.156)	(8.367)	(12.728)
Indústria de média-baixa tecnologia (III)	1.853	1.350	1.912	1.434	1.725	3.979	6.594	10.182	12.257	12.914	11.950	9.648	6.144	(4.712)
Construção e reparação naval	168	111	(1)	(6)	2	(47)	(107)	1.251	172	5	669	1.469	(141)	(46)
Borracha e produtos plásticos	(426)	(497)	(294)	(342)	(346)	(297)	(98)	(176)	(220)	(169)	(318)	(1.144)	(983)	(2.041)
Produtos de petróleo refinado e outros combustíveis	(2.052)	(1.670)	(1.615)	(2.749)	(1.346)	(569)	200	1	1.227	845	(118)	(2.707)	(50)	(6.940)
Outros produtos minerais não-metálicos	219	250	385	433	393	568	716	989	1.194	1.464	1.414	870	541	249
Produtos metálicos	3.945	3.156	3.437	4.098	3.022	4.323	5.884	8.118	9.884	10.768	10.303	11.160	6.776	4.065
Indústria de baixa tecnologia (IV)	9.916	9.436	11.171	11.435	14.365	15.481	19.962	25.324	28.862	32.084	35.178	40.158	33.423	39.440
Produtos manufaturados n.e. e bens reciclados	100	123	337	470	514	578	747	1.029	1.049	933	777	468	216	(116)
Madeira e seus produtos, papel e celulose	1.610	1.518	2.423	2.759	2.658	2.969	4.233	5.061	5.415	5.836	6.488	6.572	5.093	6.497
Alimentos, bebidas e tabaco	6.281	6.018	6.456	5.735	8.530	9.225	11.699	15.474	18.677	21.687	24.647	31.292	27.752	33.266
Têxteis, couro e calçados	1.925	1.778	1.956	2.471	2.663	2.709	3.283	3.759	3.722	3.629	3.266	1.825	361	(207)

Fonte: SECEX/MDIC

(*) Classificação extraída de: *OECD, Directorate for Science, Technology and Industry, STAN Indicators, 2003.*

Obs.: n.e. = não especificados nem compreendidos em outra categoria

Agrupando os produtos em três classes, de acordo com a agregação de valor no processo de transformação produtiva⁶, verifica-se um contínuo declínio da participação dos produtos básicos na pauta exportadora, que representavam mais de 80% dos bens totais em 1964 e atingiram um patamar mínimo, ao redor de 25%, no início dos anos 1990. Em trajetória oposta estavam os industriais manufaturados, que de um pouco mais de 5% da pauta chegaram ao nível de 60% no mesmo período. No entanto, em pouco menos de duas décadas, houve uma reversão dessa tendência, no qual a exportação de produtos básicos passou a crescer consideravelmente, desbancando, em termos de importância de valor, a participação dos manufaturados. O único grupo que pouco se alterou nos últimos cinquenta anos foi o de semimanufaturados, que de 10% dos bens exportados, passou a 20% em meados de 1990 e atualmente mantém-se em torno dos 14%.

Uma análise mais detalhada do saldo comercial do país pode ser obtida através da Tabela 2, que utiliza a classificação da OCDE (*Organisation for Economic Co-operation and Development*), a qual leva em consideração o grau de intensidade tecnológica das indústrias produtoras, através de, por exemplo, gastos com P&D (pesquisa e desenvolvimento) e da incorporação de tecnologia aos bens intermediários e de capital utilizados.

O déficit comercial total tornou-se positivo a partir de 2001, resultado, dentre outros, da forte desvalorização cambial após 1999. Em relação aos produtos não industriais, há um crescimento contínuo do superávit, que em dez anos, passou de US\$4 bilhões para US\$51 bilhões (2010). Por outro lado, no caso dos produtos industriais, houve um período de saldos positivos, que percorreu os anos de 2002 a 2007, logo revertido desde então. Vale ressaltar o fato de que o superávit obtido por esses bens, que chegou a alcançar o montante de US\$33,2 bilhões em 2005, tenha atingido em 2010 um déficit de US\$30,7 bilhões. Ou seja, vive-se um acelerado e intenso desequilíbrio na indústria de transformação do país, que,

Corresponde também a uma derrocada da competitividade brasileira, que as análises insistem em isolar ao fator câmbio ou ao fator produtividade ou aos custos sistêmicos do país. Do nosso ponto de vista, um colapso de tal envergadura não se explica apenas por um desses fatores, mas pelo conjunto deles, o que significa que a tarefa que nos aguarda para não mergulharmos na

⁶ A classificação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e da Secretária de Comércio Exterior (SECEX) utiliza como critério o grau de fator agregado no processo de transformação dos produtos. O agrupamento é feito em três classes: 1. básicos (de baixo valor e normalmente intensivos em mão-de-obra); 2. industriais semimanufaturado; 3. industriais manufaturados (de alto valor agregado e intensivos em tecnologia).

desindustrialização será extremamente complexa, já que deveremos promover rápido tudo aquilo que deixamos em compasso de espera na questão tributária, no financiamento de longo prazo, na infraestrutura, na inovação e na produtividade (ALMEIDA, 2011c).

Dentro da categoria de produtos industriais, é importante destacar os déficits estruturais nas indústrias de alta e média-alta tecnologia, excetos nos respectivos setores de aeronáutica e aeroespacial e de veículos automotores. No entanto, há uma mudança na trajetória desses saldos em ambas as atividades. Na primeira, pela diminuição do valor dos resultados comerciais dos últimos anos. E na segunda, pela regressão do saldo em 2008, implicando em déficit na ordem de US\$4 bilhões em 2010. No caso dos produtos de alta tecnologia, os equipamentos de rádio, TV e comunicação, seguidos da indústria farmacêutica e de instrumentos médicos de ótica e precisão, são os principais responsáveis pelo déficit do setor. Já no grupo de média-alta tecnologia, o saldo negativo é dado basicamente por produtos químicos e máquinas e equipamentos mecânicos, que juntos representam um déficit de US\$29 bilhões.

Por outro lado, há um comportamento contrário na indústria de baixa e média-baixa tecnologia, à exceção do setor de borracha e produtos plásticos. Contudo, no último ano em análise, houve uma mudança do saldo comercial em produtos de média-baixa tecnologia, que de um superávit de US\$6,1 bilhões em 2009 passou a um déficit de US\$4,7 bilhões no ano seguinte. O principal setor responsável por essa mudança foi o de produtos de petróleo refinado e outros combustíveis, com um saldo negativo de US\$6,9 bilhões, o qual sinalizou a deficiência da indústria petrolífera do país em atividades de maior valor agregado, como é o caso da indústria de refino, frente às perspectivas abertas pela exploração da camada pré-sal.

Além disso, é necessário destacar a perda de competitividade internacional do Brasil em atividades com vantagens comparativas históricas, como é o caso da indústria de têxteis, couro e calçados, que, após anos de resultados positivos, em 2010, experimentou um déficit na ordem de US\$200 milhões. Nesse setor, é irrefutável o papel do câmbio em desequilibrar um parque industrial consolidado, pela enorme concorrência dos produtos “*made in China*”, que utilizam uma produção em larga escala, mão-de-obra barata, uma boa relação produtividade-salário e ainda exportam com um câmbio notadamente desvalorizado (BELLUZZO, 2011).

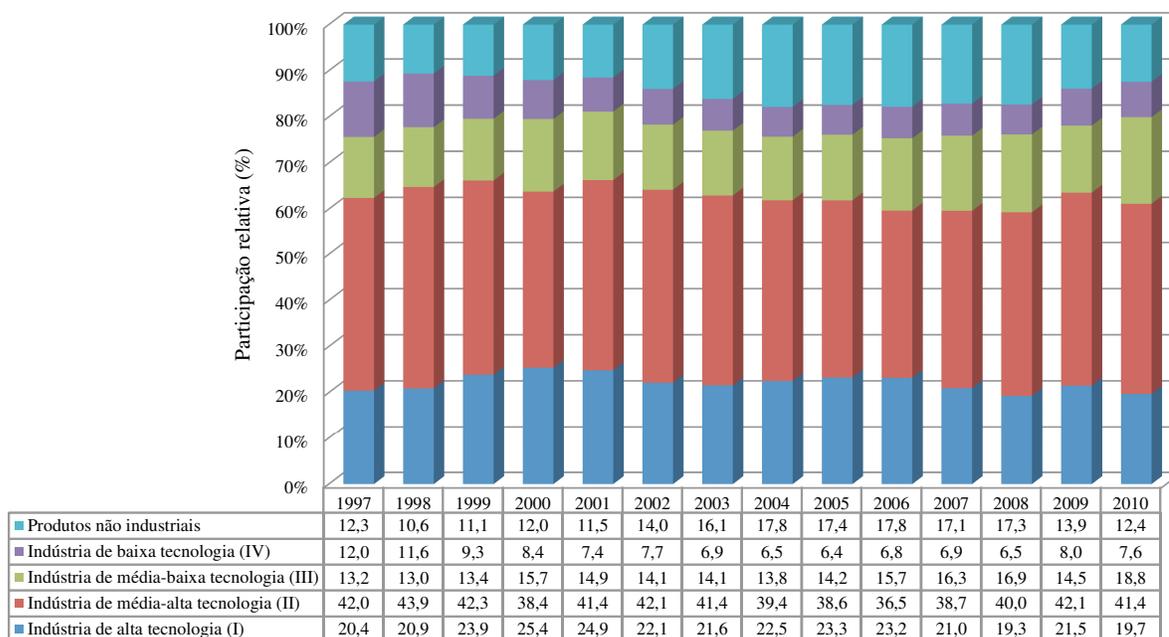
Ainda no que tange à indústria de baixa tecnologia, observam-se, no período, contínuos e crescentes saldos positivos no setor de alimentos, bebidas e tabaco: de uma

contribuição de US\$6,3 bilhões em 1997, esse grupo alcançou um superávit de US\$33,3 bilhões em 2010, ou seja, multiplicou em mais de cinco vezes os frutos do comércio externo.

Portanto, os resultados da Tabela 2 evidenciam ganhos principalmente com a venda de produtos não industriais, madeira, papel e celulose, alimentos e bebidas, tabaco, produtos metálicos e minerais não-metálicos e com a indústria de aviação, ou seja, praticamente bens com baixa intensidade tecnológica e pouco valor agregado – à exceção do último.

No caso específico da pauta de importação brasileira, verificou-se, no mesmo período, uma predominância da participação dos produtos com alta e média-alta tecnologia, representando um pouco mais de 60% do valor importado (Gráfico 2). Nas demais indústrias há um movimento oposto: diminuição da parcela de bens de baixa técnica e elevação de bens de média-baixa tecnologia. Já no grupo de não industriais, houve uma retração da demanda pós-crise de 2008, resultando numa participação similar à existente nos primeiros anos em questão.

Gráfico 2
Importação brasileira por intensidade tecnológica (1997-2010)



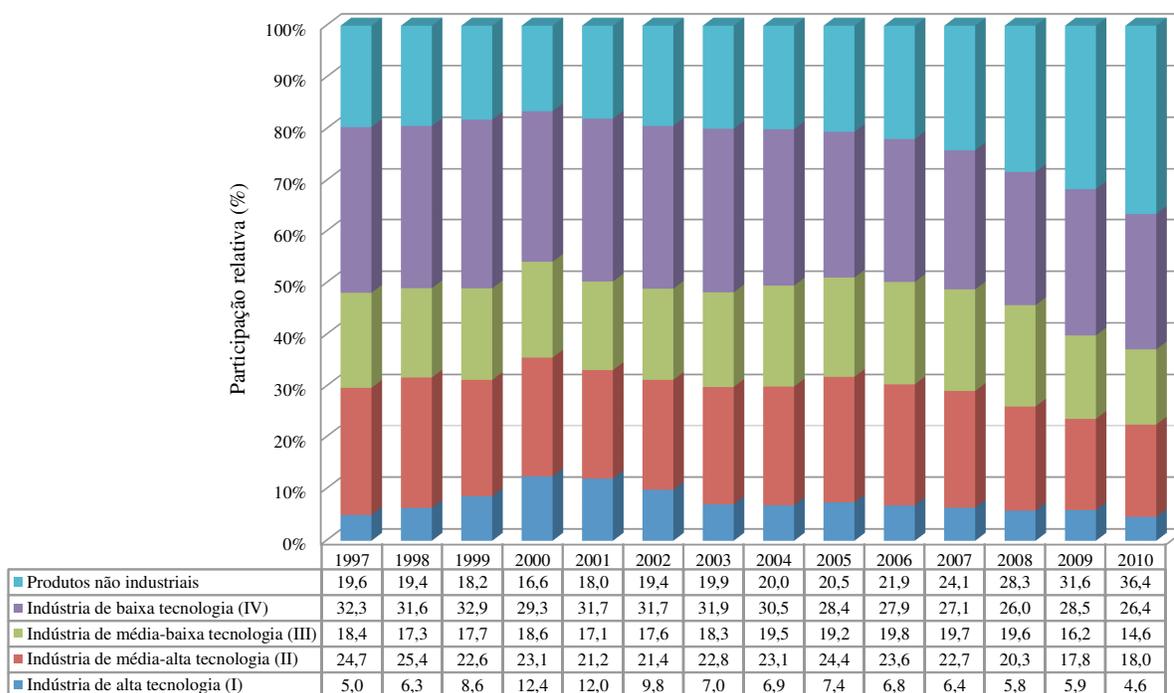
Fonte: Gráfico elaborado a partir de dados do MDIC/SECEX.

Em contraposição, a pauta exportadora reflete, nos últimos quinze anos, a importância do país no fornecimento de produtos básicos ao mercado internacional, isto é, uma especialização em torno de *commodities* primárias. Retomando os argumentos ressaltados no

capítulo anterior, da questão da relevância da China no cenário mundial e da inserção particular do Brasil dentro de uma nova divisão internacional do trabalho, é imprescindível levar em consideração dois aspectos enredados a esse quadro: a sobrevalorização da moeda doméstica juntamente com uma relação favorável dos termos de troca.

Nesse sentido, observa-se, em toda a década de 2000, uma trajetória ascendente de participação de bens de pouco valor agregado na pauta exportadora (Gráfico 3), pela crescente presença dos produtos oriundos da indústria de baixa tecnologia e dos classificados como não industriais. Se em 1997 ambos representavam ao redor de 50% da pauta, nos últimos anos esses já significam mais de 60% do valor exportado.

Gráfico 3
Exportação brasileira por intensidade tecnológica (1997-2010)



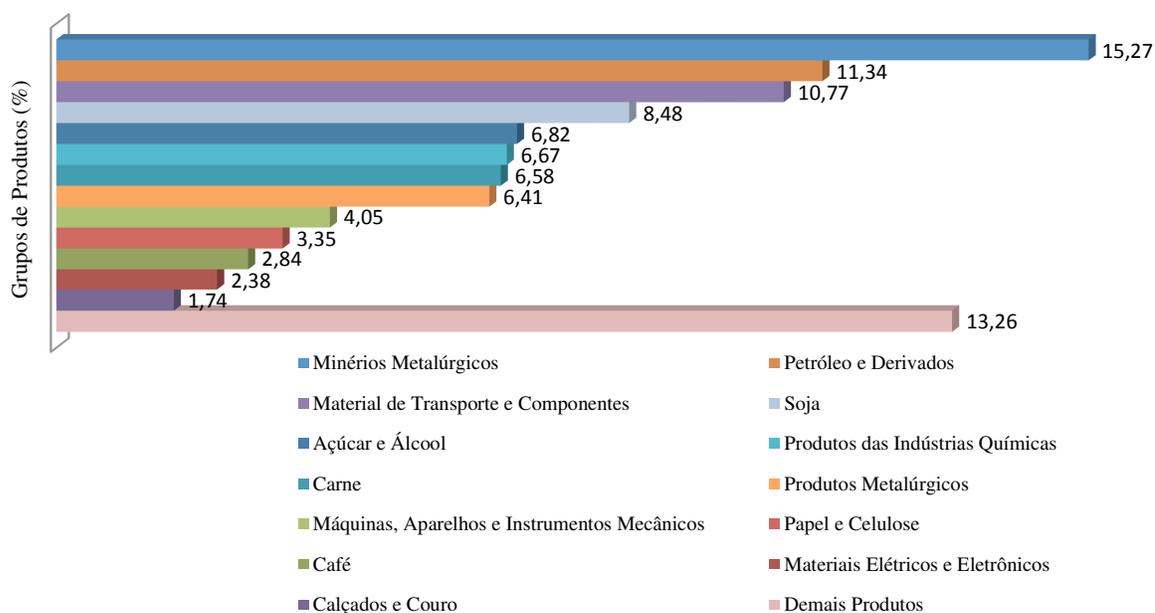
Fonte: Gráfico elaborado a partir de dados do MDIC/SECEX.

Das mesma forma, houve um arrefecimento na oferta brasileira de bens de média-baixa e média-alta tecnologia, principalmente nos últimos cinco anos, pela queda de exportação nas respectivas atividades de produtos metálicos e veículos automotores. Juntos, esse grupo chegou ao patamar de 45% da pauta, quando hoje atingem apenas um pouco mais de 30% do total.

Por fim, a indústria de alta tecnologia, que representou uma parcela considerável das exportações brasileiras nos anos de favorecimento cambial, isto é, de barateamento dos produtos domésticos no mercado internacional fruto da desvalorização do real, voltou, recentemente, a perder espaço na pauta exportadora. De 12% no início dos anos 2000, hoje oscila entre 5 e 6%.

Outra forma de ilustrar a inserção externa atual do país em torno de *commodities* agrícolas e metálicas pode ser realizada através da análise dos produtos exportados pelo Brasil no último ano (Gráfico 4). Os primeiros cinco grupos, em termos de valor, representam mais de 50% da pauta exportadora, sendo estes fundamentalmente produtos básicos: minérios metalúrgicos, petróleo e derivados, material de transporte e componentes, soja, açúcar e álcool. Um aspecto importante a ser ressaltado é o fato de esses bens exportados serem resultados da etapa de produção de menor valor agregado das cadeias produtivas, como é o caso da exportação em estado bruto. Enquanto que a participação do grupo de petróleo e derivados corresponde a 11,34% do total, 71% desses produtos exportados foram de óleos brutos de petróleo. No caso de açúcar e álcool, 68% foram de “açúcar em bruto”. Em relação ao principal produto exportado, dos 15,27% de minérios metalúrgicos, 94% correspondiam a minérios de ferro.

Gráfico 4
Pauta de Exportação do Brasil - 2010



Fonte: Gráfico elaborado a partir de dados do MDIC/SECEX.

Ademais, vale salientar que no caso do grupo de material de transporte, que contribuiu com 10,77% da pauta, a indústria de aviões representa apenas cerca de 2% do total exportado, muito atrás, em importância de valor, da exportação de minérios, petróleo bruto, soja, açúcar bruto, carne, café cru em grão, celulose, entre outros. Outra atividade que recentemente perdeu competitividade externa foi a da indústria de calçados e couro, contribuindo com apenas 1,74% do total comercializado.

Para o mesmo ano em questão, a Tabela 3 evidencia o tipo de produto exportado e importado pelo Brasil por categoria de uso. Em 2010, o país exportou US\$19,5 bilhões em bens de capital e importou aproximadamente o dobro, o que representou 9,7% da pauta exportadora frente a 22,6% da importadora. Em bens de consumo, a participação foi similar nos respectivos valores comercializados por setor, embora a participação de duráveis e não duráveis tenha sido contrária. O superávit de US\$4,7 bilhões foi resultado principalmente da exportação de bens de consumo não duráveis, na ordem de US\$28,7 bilhões em contraste com a demanda de US\$12,8 bilhões. Já no caso de bens de consumo duráveis, as importações atingiram US\$18,6 bilhões enquanto que a oferta brasileira foi de US\$7,4 bilhões. Em relação a combustíveis e lubrificantes, houve um déficit de US\$5,6 bilhões no último ano.

A categoria que engloba matérias-primas e produtos intermediários correspondeu a grande parte do comércio externo brasileiro em 2010, pois representou 46,2% (US\$83,9 bilhões) das importações e 60,8% das exportações, ou ainda, US\$122,8 bilhões.

Tabela 3
Exportação e Importação por Categoria de Uso - 2010

Categoria de Uso	Exportações		Importações		Saldo Comercial
	US\$ (FOB)	%	US\$ (FOB)	%	US\$ (FOB)
1 - Bens de Capital	19.525.806.816	9,67	40.995.305.437	22,57	-21.469.498.621
2 - Bens de Consumo	36.081.758.563	17,87	31.425.761.027	17,30	4.655.997.536
2.1 - Bens de Consumo Não Duráveis	28.675.345.032	14,20	12.847.126.446	7,07	15.828.218.586
2.2 - Bens de Consumo Duráveis	7.406.413.531	3,67	18.578.634.581	10,23	-11.172.221.050
3 - Combustíveis e Lubrificantes	19.716.148.786	9,76	25.343.821.608	13,95	-5.627.672.822
4 - Matérias-primas e Produtos Intermediários	122.816.951.721	60,83	83.883.787.532	46,18	38.933.164.189
Total Geral	201.915.285.335	100	181.648.675.604	100	20.266.609.731

Fonte: Tabela elaborada a partir de dados do SECEX/MDIC

Tabela 4
Principais países de origem das importações brasileiras - 2006 a 2010

Países	2006			2007			2008			2009			2010		
	Ranking	Valor (US\$)	%	Ranking	Valor	%									
Estados Unidos	1º	14.856.489.424	16,26	1º	18.889.840.237	15,66	1º	25.849.679.698	14,93	1º	20.214.137.728	15,84	1º	27.200.503.124	15,07
China	2º	8.053.648.146	8,82	2º	12.617.754.515	10,46	2º	20.040.022.368	11,57	2º	15.911.144.513	12,46	2º	25.535.684.189	14,15
Argentina	3º	7.989.343.057	8,75	3º	10.409.997.360	8,63	3º	13.257.932.120	7,65	3º	11.281.165.451	8,84	3º	14.424.771.344	7,99
Alemanha	4º	6.503.178.428	7,12	4º	8.674.517.648	7,19	4º	12.025.395.819	6,94	4º	9.865.610.837	7,73	4º	11.750.508.707	6,51
Coreia do Sul	7º	3.106.305.670	3,40	9º	3.391.062.975	2,81	7º	5.412.420.144	3,13	6º	4.818.447.232	3,77	5º	8.417.970.396	4,66
Japão	6º	3.839.523.496	4,20	6º	4.609.582.560	3,82	5º	6.806.891.705	3,93	5º	5.367.569.973	4,20	6º	6.970.198.467	3,86
Nigéria	5º	3.883.714.306	4,25	5º	5.273.247.294	4,37	6º	6.706.282.215	3,87	7º	4.760.354.789	3,73	7º	5.919.699.799	3,28
Itália	10º	2.572.212.188	2,82	10º	3.347.228.402	2,77	9º	4.612.158.357	2,66	8º	3.663.599.182	2,87	8º	4.820.286.062	2,67
França	9º	2.844.485.118	3,11	7º	3.531.555.590	2,93	8º	4.700.839.531	2,71	9º	3.624.808.802	2,84	9º	4.778.490.229	2,65
Índia	14º	1.473.954.799	1,61	14º	2.164.928.049	1,79	11º	3.563.603.506	2,06	14º	2.190.898.627	1,72	10º	4.234.158.696	2,35
Chile	8º	2.881.855.204	3,15	8º	3.482.693.688	2,89	10º	4.161.962.330	2,40	11º	2.615.733.035	2,05	11º	4.101.077.160	2,27
Total		91.342.783.548			120.620.871.174			173.196.633.755			127.647.330.788			180.458.788.518	

Fonte: Tabela elaborada a partir de dados do *United Nations Commodity Trade Statistics Database (Comtrade)*

Tabela 5
Principais países de destino das exportações brasileiras - 2006 a 2010

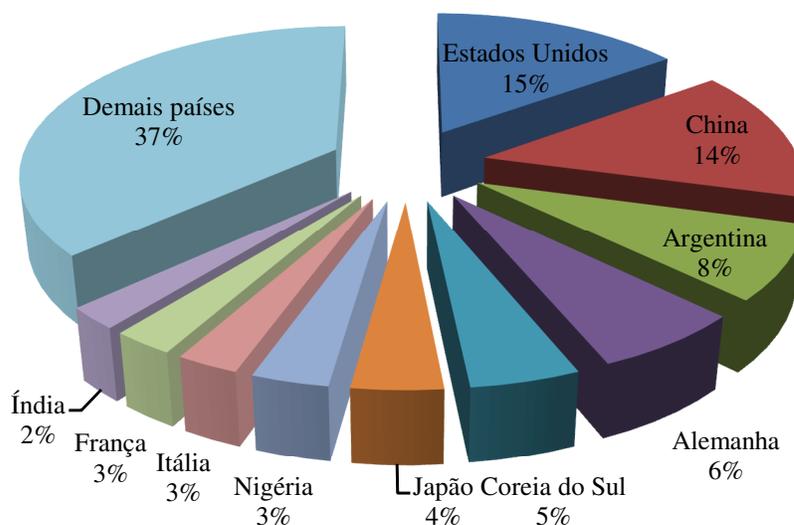
Países	2006			2007			2008			2009			2010		
	Ranking	Valor (US\$)	%	Ranking	Valor	%									
China	3º	8.402.368.827	6,10	3º	10.748.813.792	6,69	3º	16.403.038.989	8,29	1º	20.190.831.368	13,20	1º	30.752.355.631	15,58
Estados Unidos	1º	24.774.417.482	17,98	1º	25.335.516.490	15,77	1º	27.734.718.957	14,01	2º	15.744.930.250	10,29	2º	19.240.185.206	9,75
Argentina	2º	11.739.591.939	8,52	2º	14.416.945.588	8,97	2º	17.605.620.920	8,89	3º	12.784.966.502	8,36	3º	18.436.993.170	9,34
Países Baixos	4º	5.748.569.555	4,17	4º	8.840.872.497	5,50	4º	10.482.595.244	5,30	4º	8.150.135.304	5,33	4º	10.221.664.302	5,18
Alemanha	5º	5.690.809.659	4,13	5º	7.211.324.931	4,49	5º	8.850.809.527	4,47	5º	6.174.959.596	4,04	5º	8.079.794.038	4,09
Japão	8º	3.894.521.360	2,83	8º	4.321.335.071	2,69	6º	6.114.519.602	3,09	6º	4.269.694.690	2,79	6º	7.123.435.656	3,61
Reino Unido	13º	2.829.591.733	2,05	15º	3.301.077.795	2,05	16º	3.791.802.355	1,92	7º	3.726.539.179	2,44	7º	4.615.942.519	2,34
Chile	7º	3.913.549.324	2,84	9º	4.264.400.293	2,65	8º	4.791.703.200	2,42	16º	2.656.793.690	1,74	8º	4.220.151.143	2,14
Itália	9º	3.836.472.204	2,78	7º	4.463.647.522	2,78	9º	4.765.047.181	2,41	11º	3.016.154.168	1,97	9º	4.213.613.078	2,14
Federação Russa	11º	3.443.427.733	2,50	12º	3.741.295.504	2,33	10º	4.652.978.889	2,35	13º	2.868.561.150	1,87	10º	4.145.596.171	2,10
Venezuela	10º	3.565.424.415	2,59	6º	4.723.939.986	2,94	7º	5.150.187.992	2,60	8º	3.610.339.282	2,36	12º	3.835.962.089	1,94
Total		137.806.190.344			160.648.869.728			197.942.442.909			152.994.742.805			197.356.436.225	

Fonte: Tabela elaborada a partir de dados do *United Nations Commodity Trade Statistics Database (Comtrade)*

O último aspecto da análise recai sobre os principais parceiros comerciais do Brasil. No caso da origem das importações (Tabela 4), Estados Unidos, China, Argentina e Alemanha conservaram-se entre os quatro maiores fornecedores de mercadorias ao país, enquanto que os demais, com exceção da Índia, alternaram-se de posições entre as dez economias mais importantes para o Brasil. O comércio latino-americano ficou restrito a Argentina e em menor magnitude ao Chile.

Embora os EUA tentem preservar sua posição histórica de principal exportador de bens ao Brasil, a forte concorrência chinesa a nível mundial tem se traduzido em contínuos ganhos de parcelas do mercado doméstico. Em cinco anos, os produtos oriundos do mercado chinês passaram de 8,8% das importações totais para 14,1% em 2010, ao passo que os estadunidenses mantiveram-se em torno dos 15%. Em termos de valor, isso representou um aumento de US\$14,9 bilhões para US\$27,3 bilhões em importação procedente dos EUA e um crescimento de US\$8,1 bilhões para US\$25,5 bilhões em mercadorias chinesas. Isto é, sinaliza-se a possibilidade da China dentro de pouco tempo ultrapassar os Estados Unidos em importância comercial.

Gráfico 5
Origem das Importações Brasileiras - 2010



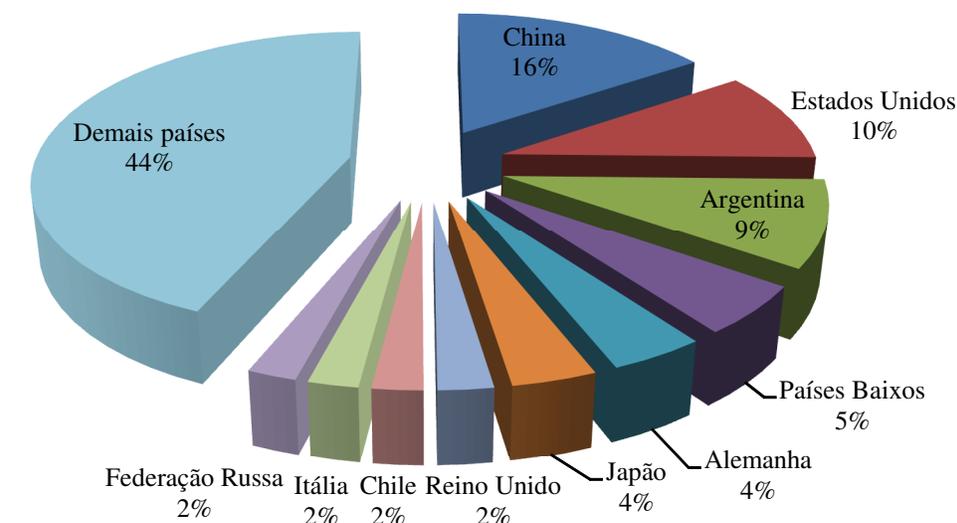
Fonte: Gráfico elaborado a partir de dados do *Comtrade*.

Ainda, o gráfico 5 evidencia a concentração importadora ao redor de dez países, que juntos, somaram 63,2% das importações brasileiras no último ano – sendo que os quatro primeiros já representavam 43,7% das mesmas. Da mesma forma, é possível observar que 31% dos produtos são provindos de países centrais (EUA, Alemanha, Japão, França, Itália), 21% do mercado asiático e 8% da América Latina.

Por outro lado, os destinos das exportações brasileiras estão concentrados em três países: China, Estados Unidos e Argentina, sendo que em 2009 a China já havia subido da 3ª posição para a 1ª em importância comercial, desbancando o mercado estadunidense logo do irromper da crise (Tabela 5). Em 2006, o Brasil exportou US\$24,8 bilhões para os EUA, cerca de 18% do total; no mesmo ano, a China importou US\$8,4 bilhões. Já em 2010, enquanto que as exportações para o mercado chinês foram de US\$30,7 bilhões (15,6% da pauta), para os EUA foram de US\$19,2 bilhões, correspondente a 9,7% da oferta brasileira.

No *ranking* geral, o Reino Unido passou a fazer parte dos dez principais mercados demandantes e a Venezuela, que era o 6º parceiro brasileiro em 2007, caiu para 12º, implicando uma perda de participação do mercado latino-americano.

Gráfico 6
Destino das Exportações Brasileiras - 2010



Fonte: Gráfico elaborado a partir de dados do *Comtrade*.

Sendo assim, o Gráfico 6 ilustra o atrelamento externo do Brasil em relação a alguns países centrais, ainda em lento processo de recuperação econômica, e principalmente a sujeição ao dinamismo chinês.

Finalmente é imprescindível ressaltar a assimetria existente entre o Brasil e seus principais parceiros comerciais – China, Estados Unidos e Argentina – que ratifica a inserção especializada do país, através de uma reprimarização da pauta exportadora, na mesma medida em que assinala a insuficiência tecnológica no parque produtivo do Brasil, quando é o monopólio das técnicas que dita o ritmo de acumulação capitalista.

O comércio entre o Brasil e a Argentina concentra-se na importação de veículos, inclusive de partes e peças, trigo, nafta, malte e polímeros, e na exportação de minérios de ferro, óleos combustíveis, também de veículos e partes e peças, tratores e certos aparelhos e componentes. No caso dos EUA, o Brasil demanda principalmente óleos combustíveis, carvão mineral (hulha), motores e turbinas para aviação, aviões e partes e peças, medicamentos, instrumentos de medidas e polímeros; por outro lado, oferta óleo bruto de petróleo, café cru em grão, madeira, ferro, partes de motores, obras de mármore e granito, aviões, hidrocarbonetos, pneumáticos e semifaturados de ferro ou aço.

E da relação com o mais avultado parceiro, a China, o país importa partes de aparelhos, máquinas para processamento de dados, circuitos e motores eletrônicos, transformadores elétricos, LCD (dispositivos de cristais líquidos) e aparelhos de ar condicionado; enquanto que exporta minérios de ferro, soja, petróleo bruto, madeira, açúcar, aviões, couros, fumo e ferro-ligas.

O problema do avanço dessas negociações agora é que os chineses sabem claramente o que querem do Brasil (em termos gerais e específicos), no entanto, ainda não se tem claro do que queremos da China. Apenas negociações pontuais não bastam (...), pois a mão que afaga (empréstimos, IDE, superávit comercial) pode ser aquela que direciona os vínculos externos da economia brasileira para uma dinâmica empobrecedora que ficará visível apenas no médio ou longo prazo (IPEA, 2011, p.16).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pensamento crítico latino-americano, na sua exígua análise da realidade das economias subdesenvolvidas, desnudou as relações dessimétricas intrínsecas aos países participantes do sistema capitalista mundial. Aqueles que iriam compor a periferia foram espaços que se formaram e se conformaram de acordo com necessidades alheias aos anseios das suas maiorias, na medida em que foram incorporados, ao seu tempo, a um processo de expansão distinto do próprio desenvolvimento nacional. Do mesmo modo, o ritmo e a direção tomada eram reflexos dos impulsos provenientes dos países centrais, balizados por uma relação de imposição de um lado e subordinação de outro, cada qual em seu respectivo lugar.

Dada a problemática dos fatos, as próprias respostas encontradas pelos teóricos do desenvolvimento dividiram-se entre aprofundar o processo de industrialização incipiente, de cunho nacional ou com “ajuda” do capital internacional – pelo privilégio que este tinha no acesso à tecnologia e às fontes de financiamento –, ou ainda na ruptura total com o sistema, já que dentro deste seria inviável vislumbrar qualquer possibilidade de raio de manobra ou sentido de mudança.

Assim, em poucas décadas, o que pareceu significar os países latino-americanos “nadando contra a correnteza”, pelas políticas deliberativas pró-indústria nacional, pelos governos de esquerda no comando dos Estados, pelos processos revolucionários, pela resistência aos ditames internacionais, pelos direitos sociais reivindicados e conquistados, isto é, pelo horizonte de alternativas que se abriam a esses povos, em pouco tempo, esses mesmos ideais foram sendo solapados pelo conservadorismo político e pela ortodoxia econômica – imposta de fora e assimilada para dentro.

Avançou-se de um lado, retrocedeu-se de outros. O Brasil de hoje nada mais é do que uma metamorfose moderna do país atrasado e desigual de ontem. Há muitas décadas atrás já se sabia que uma nação não caminha com suas próprias pernas sem resolver antes os desígnios do seu povo a âmbito social e muito menos sem um eixo dinâmico interno, em harmonia com suas forças produtivas.

Não escapou a Furtado que uma estrutura produtiva simplificada é incompatível com o ritmo e a velocidade de diversificação da demanda nacional, tornando cada vez mais premente

a necessidade de importação. Da mesma forma, os pensadores cepalinos denunciaram as falácias das vantagens comparativas do postulado liberal, no qual a inserção especializada em produtos básicos numa divisão internacional delimitada apenas aprofundava o grau de vulnerabilidade da periferia capitalista frente às vicissitudes externas. E os dependentistas marxistas defenderam que essa suscetibilidade seria ainda mais agravada conforme o capital internacional penetrasse e se instalasse no espaço nacional. Portanto, parece descabido defender que as respostas para o desenvolvimento do Brasil hoje estejam no conjunto formado por uma pauta exportadora composta principalmente de *commodities*, por um mercado amplamente atendido por importações e pela entrada descontrolada de fluxos de capitais externos.

A nível mundial, o discurso da globalização, de diluição dos limites territoriais e supressão de obstáculos à livre circulação do capital internacional, revelou o enorme hiato existente entre os países detentores do monopólio tecnológico e aqueles que se ocupariam das etapas mais simples dos processos produtivos. O resultado, para a periferia, foi o reforço da dependência financeira e tecnológica, inclusive para o Brasil, que embora tenha tido algum êxito na diversificação do seu parque industrial décadas atrás, hoje possui uma pauta importadora basicamente composta por produtos intensivos em alta e média-alta tecnologia.

E se, assim como delatou Furtado, as técnicas não são neutras, mas ao contrário, têm subjacente uma miscelânea de estilos de vida e de padrões de consumo alheios à própria história de formação dos países, o resultado no Brasil não poderia ser diferente do que é: contradições acentuadas até o limite.

À desigualdade social no país acrescentam-se as heterogeneidades nos diversos âmbitos. São “ilhas de prosperidade” em “mares de pobreza”. A concentração da propriedade e da renda é brutal. As insuficiências em saúde, saneamento básico e escolaridade são gritantes. A urbanização é caótica. A marginalidade e a segregação são recorrentes. E no mercado de trabalho há ainda a relativa abundância da mão-de-obra – também resultante das técnicas “poupadoras” de trabalho incorporadas do centro –, informalidade, baixa qualificação e as novidades do mundo global: terceirização e flexibilização. No momento em que se faz mais necessário o domínio das técnicas, do conhecimento e da informação, pouco se avança em termos de universalização da educação com qualidade. A brecha entre o Brasil e o mundo desenvolvido e nos diferentes espaços dentro do próprio país se estenderia ainda mais.

Se esta ainda é a realidade do Brasil, de coexistência de “consumo supérfluo e carências essenciais”, de “modernização dos padrões de consumo” e “superexploração do trabalho”, o modelo recente de crescimento do país baseado principalmente na combinação crédito-consumo das famílias, atrelada a políticas sociais focalizadas, apresenta claros limites estreitos – ainda mais se são levados em consideração os elevadíssimos juros internos com o pesado fardo das metas de superávit primário.

Sendo assim, é impossível defender que, ao livre funcionamento das forças econômicas e políticas em jogo, as “janelas” que se abrem ao Brasil tenham como fim colocar o país outra vez no caminho do desenvolvimento amplo. Pelo contrário, o quadro de reprimarização da pauta exportadora, sobrevalorização do real, enxurrada de produtos importados no mercado doméstico, atração desmedida do capital externo especulativo pelas elevadas taxas de juros, desnacionalização da estrutura produtiva juntamente com desindustrialização precoce e empregos precários significam suscetibilidade e impotência crescentes frente a mudanças externas – além do enraizamento das mazelas sociais, dualismo e marginalidade na nossa história. Em consonância com a minoria beneficiária do Brasil de oportunidades e de riquezas naturais apreciáveis está a maioria do povo brasileiro, os que vivem a faceta mais perversa do capitalismo: o da dependência com subdesenvolvimento.

Portanto, a retomada do desenvolvimento de fato só poderá ser vislumbrada quando realizada sobre alicerces sólidos e livre das vicissitudes externas, visando atender às necessidades fundamentais da coletividade – o que exigirá transformações estruturais profundas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Júlio Gomes de. Primarizar exportações é inevitável? **Brasil Econômico**. 14, jul. 2011a.
- _____. Brasil precisa avançar muito na indústria e em outros setores para fazer frente à China. **Rádio CBN**. 01, set. 2011b.
- _____. Disputar o mercado interno. **Brasil Econômico**. 27, out. 2011c.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Entrevista: Intérpretes do Pensamento Desenvolvimentista. **Cadernos do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, jul.-dez. 2011.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento na Cepal - uma resenha. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record; Cofecon; CEPAL, 2000. v.1.
- BRESSER PEREIRA, L.C.; MARCONI, N. **Existe Doença Holandesa no Brasil?** São Paulo: FGV, 2008. Disponível em: <www.bresserpereira.org.br>. Acesso em: 14 out. 2011.
- CANO, Wilson. **Uma agenda nacional para o desenvolvimento**. Textos para Discussão IE/Unicamp, n°. 183, ago. 2010.
- CARNEIRO, Ricardo de Medeiros. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no ultimo quarto do século XX**. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.
- _____. O desenvolvimento brasileiro pós-crise financeira: oportunidades e riscos. **Observatório da Economia Global**, textos avulsos, n°4, ago. 2010. Disponível em: <http://www.ieecon.net/arquivos/Desenvolvimento_poscrise.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2011.
- FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- _____. **Prefácio à nova economia política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- _____. **Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1980.
- _____. **Brasil: a construção interrompida**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- _____. **Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- _____. Os desafios da nova geração. **Jornal dos Economistas**, Rio de Janeiro, jul. 2004, n° 179.

GRACIOLLI, Edílson J.; DUARTE, Pedro H. E. A nova CEPAL à luz da teoria marxista da dependência. In: **XIV Encontro Nacional de Economia Política**, 2009, São Paulo. Anais do XIV Encontro Nacional de Economia Política. São Paulo: Sociedade de Economia Política, 2009. v.1. p.1-25.

GUILLÉN R., Arturo. La teoría latinoamericana del desarrollo. Reflexiones para una estrategia alternativa frente al neoliberalismo. En publicación: **Repensar la teoría del desarrollo en un contexto de globalización - Homenaje a Celso Furtado**. VIDAL, Gregorio; GUILLÉN R., Arturo (Coord.). Buenos Aires: CLACSO, 2007.

IEDI. Indústria e Comércio Exterior: a disputa pelo mercado interno. Análise IEDI. 27, out. 2011.

IPEA. As relações bilaterais Brasil – China. A ascensão da China no sistema mundial e os desafios para o Brasil. Comunicados do IPEA nº 85, abr. 2011.

KRUEGER, Anne. La sustitución de importaciones frente a la promoción de exportaciones”. In: **Finanzas y Desarrollo**. Washington, jun. 1985. v.22, nº2, p.20-23.

LAMUCCI, Sergio. Nem todos querem exportar valor agregado. **Jornal Valor Econômico**, São Paulo, 28 abr. 2011.

MALTA, Maria Mello de (Coord.). **Ecoss do desenvolvimento**: uma história do pensamento econômico brasileiro. Rio de Janeiro: Lema: IPEA, 2010.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesarrollo y revolución**. México: Siglo Veintiuno, 1969.

_____. **Dialéctica de la dependencia**. 3.ed. México: Era, 1977. Serie popular Era, v. 22.

_____. Proceso y tendencias de la globalización capitalista (1997). En publicación: **América Latina, dependencia y globalización**. MARTINS, Carlos Eduardo. Bogotá: Siglo del Hombre, CLACSO, 2008. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar>>. Acesso em: 25 jun. 2011.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. Desenvolvimento econômico, heterogeneidade estrutural y distribución de la renta en Brasil. En publicación: **Repensar la teoría del desarrollo en un contexto de globalización - Homenaje a Celso Furtado**. VIDAL, Gregorio; GUILLÉN R., Arturo (Coord.). Buenos Aires: CLACSO, 2007.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e Secretária do Comércio Exterior (SECEX).

NEGRI, Fernanda de; ALVARENGA, Gustavo V. **A primarização da pauta de exportações no Brasil**: ainda um dilema. Radar nº13 do IPEA, abr. 2011.

OURIQUES, Nildo. **De renúncias e tradições. A propósito de Maria da Conceição Tavares**. Nov. 2010. Disponível em: <<http://www.iela.ufsc.br>>. Acesso em: 20 jan. 2011.

RODRÍGUEZ, Octavio. **Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

ROSTOW, Walt Whitman. **Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não-comunista**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. **Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado**. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Furtado e os Limites da Razão Burguesa na periferia do Capitalismo. **Revista da Universidade Federal de Uberlândia**, Uberlândia, jul. 2002.

_____. Globalização e reversão neocolonial: o impasse brasileiro. En publicación: **Filosofía y teorías políticas entre la crítica y la utopía**. VÁSQUEZ, Guillermo Hoyos. Buenos Aires: CLACSO, 2007. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar>>. Acesso em: 15 out. 2011.

SANTOS, Theotonio dos. **Democracia e socialismo no capitalismo dependente**. Petrópolis: Vozes, 1991.

SARTI, Fernando; HIRATUKA, Célio. **Desenvolvimento industrial no Brasil: oportunidades e desafios futuros**. Textos para discussão IE/Unicamp n°187, jan. 2011.

TAVARES, Maria da Conceição. “Não tem mais centro e periferia”, afirma Maria da Conceição. Rio de Janeiro: 2010. **Folha de São Paulo**, 12 de setembro de 2010. Entrevista concedida à Cláudia Antunes.

United Nations Commodity Trade Statistics Database (Comtrade).

WILLIAMSON, John. Reformas políticas na América Latina na década de 80. **Revista de Economia Política**. jan.-mar. 1992, v.12, n°1.